

tempo e presença

Nova fase • Publicação de KOINONIA • Ano 17 • Nº 282 • Julho/agosto de 1995 • R\$ 2,50

FIOS DE UM TECIDO EM CONSTRUÇÃO



FONTES DE VIDA

Aparecem de modo mais evidente, nos dias atuais, os sinais de esgarçamento do tecido social brasileiro. Os altos índices de violência nas suas diversas dimensões, o aumento escandaloso da população miserável, a deterioração do nível de vida, os índices alarmantes de desemprego e tantos outros indicadores sociais preocupam e desafiam todos aqueles que sonham e buscam para o Brasil uma sociedade mais justa e igualitária.

Acrescentam-se a esse quadro a falência de certas utopias políticas e a predominância atual do projeto econômico excludente e segregador. É comum ouvir-se que atravessamos período de crise de paradigmas.

Esses momentos de transição e perplexidade exigem alto grau de sensibilidade e agudo sentido de percepção para descobrir que, apesar de certas aparências de estagnação, imobilismo popular ou de sedimentação do projeto dominante, estão surgindo, recriando-se e fortalecendo-se sinais de que há vitalidade no tecido social e que resistências e criatividade aparecem em diversas situações, muitas vezes sem grande visibilidade, indicando possibilidades de reconstrução de um novo social.

Vai-se descobrindo que o processo de mudança da sociedade se faz pelo trabalho em muitas frentes. Destacam-se os novos movimentos sociais que, articulando interesses e direitos daqueles mais discriminados econômica e socialmente, revelam práticas de grande potencial transformador. Com o aparecimento de muitas microexperiências de caráter local com práticas muito concretas, surgem e se consolidam valores que são fundamentais para a construção da sociedade.

Essas atividades e movimentos não se inscrevem num desenho único e abrangente de um determinado projeto político. Podem mesmo parecer contraditórios, inspirados em fontes diferentes, respondendo a desafios

muito imediatos, com universo e influência limitados, mas contêm alto grau de potencialidades de irradiação e de inspiração e vão se constituindo em laboratório de práticas políticas germinadoras de sentimentos de cidadania e dignidade. Essas experiências de intercâmbio, embora parecendo frágeis, têm-se constituído em produtores de solidariedade, de reciprocidade e de vitalidade, indispensáveis à existência de um tecido social saudável.

Não se trata de idealizar as microexperiências sociais, nem de superestimar os seus resultados e potencialidade cultural. Muitas vezes, nesses projetos, não se dá o verdadeiro peso aos fatores estruturais, definidores do contexto econômico e político, ou se tomam como referência apenas o discurso e as intenções dos participantes ou promotores dessas experiências. O fato é que essas ações concretas, no cotidiano, em áreas geográficas localizadas, têm persistido no tempo e produzido valores significativos para a prática democrática, que, ultrapassando os limites locais, vão criando uma consciência-cidadã e transformando as pessoas em sujeitos sociais ativos que passam a influenciar no espaço coletivo e nas questões de interesse público. O mérito dessas iniciativas se consolidará quando forem capazes de se articular com formas de organização e movimentos mais amplos, dentro de uma estratégia mais global de transformação.

A diversidade de atuação dessas microexperiências é impressionante. Nesta TEMPO E PRESENÇA apresentamos seis práticas distintas, de diversas regiões do Brasil. Nelas pode ser observado como, a partir de situações muito concretas, vão-se fortalecendo os laços de solidariedade, auto-estima e a tomada de consciência de que a organização popular é fator preponderante na reconstrução do tecido social brasileiro.

SUMÁRIO

Diversidade	
5 UM TECIDO SOCIAL EM MUTAÇÃO Luiz Alberto Gómez de Souza	24 PEQUENA OUSADA INICIATIVA NO NORTE DO PAÍS Elias Araújo, João Cláudio Arroyo Tupinambá e Rosa Marga Rothe
Pluralismo	
9 DEMOCRACIA E NEGOCIAÇÃO DA REALIDADE Gilberto Velho	26 FANTOCHES — ARTISTAS NO TECIDO SOCIAL Maria Helena Arrochellas
Cidadania	
11 AS MICROEXPERIÊNCIAS POPULARES: NOVAS MALHAS DE UM TECIDO SOCIAL? Luiz Inácio Gaiger	27 SECA NO CEARÁ Elio Raymundo Moreira
14 INICIATIVAS LOCAIS NA LUTA CONTRA A EXCLUSÃO SOCIAL Paulo R. C. Lopes	29 A SOLIDARIEDADE MULTIPLICADA Elio Raymundo Moreira
17 PROJETOS ALTERNATIVOS COMUNITÁRIOS NA RECONSTRUÇÃO DO TECIDO SOCIAL Eliana Rolemberg	Rubem Alves
Experiências que promovem a vida	30 SOBRE DEUSES E REZAS
20 SOCIEDADE MARANHENSE DE DEFESA DOS DIREITOS HUMANOS: VIDA DE NEGRO Inés Sanz Soto	América Latina
22 SINDICATO DOS TRABALHADORES RURAIS DE VALENTE: EDUCAÇÃO SINDICAL E MOBILIZAÇÃO Inés Sanz Soto	32 HISTORIADORES ANALISAM A IGREJA Jether Ramalho
	Ecumenismo
	34 APROXIMAÇÃO DAS IGREJAS? AVANÇOS E RETROCESSOS Gottfried Brakemeier
	Bíblia hoje
	37 RESISTÊNCIA E ESPERANÇA Valmor da Silva
	Resenha
	39 NOVOS TEMPOS COM LUTERO Luiz Longuini Neto



Inés Sanz Soto / Cese

Comunidade de Frechal, Maranhão

Diversidade de frentes — A reconstrução do tecido social exige atividades em muitos níveis, não necessariamente inscritas num desenho único e abrangente. Vários são os cenários alternativos propostos à nossa frente. É importante a criação de espaços, de pontes, que, sem ignorar diferenças e desigualdades, permitam o fortalecimento de um projeto democrático. Pp. 5 a 10.

Múltiplos atores — Análises das microexperiências sociais ressaltam as potencialidades que possuem de renovar os padrões de comportamento e fazer germinar uma atitude participativa e democrática, mas alertam para os riscos de cooptação pelo poder dominante e para a falta de articulação do local, do cotidiano com uma estratégia mais global transformadora. Três excelentes artigos indicam pistas para se entender as relações micro e macro no processo social. Pp. 11 a 19.

Sinais de vida — O relato de seis experiências de atividades concretas, de diversas regiões do Brasil, renovam as esperanças de que, apesar do projeto injusto e excludente que domina o País, a resistência, a criatividade e o potencial transformador estão presentes nas organizações populares. Pp. 20 a 29.

Olhar crítico da história — Cerca de quinhentos historiadores fizeram um balanço crítico da atuação das igrejas na América Latina e no Caribe nos últimos cinquenta anos. Verificou-se a crescente interdisciplinaridade dos estudos históricos com contribuições relevantes vindas de outros campos do saber. Veja como foi a II Assembléia Geral do Cehila, realizado em São Paulo, em julho de 1995. Pp. 33 a 34.

Ecumenismo em questão — Importante pronunciamento do presidente da Federação Luterana Mundial alerta sobre a morosidade com que se efetua a aproximação das igrejas e aponta alguns avanços e desejos ecumênicos. Pp. 34 a 36.

Biblioteca - Koinonia

(X) Cadastrado

(X) Processado

tempo e presença

Nova fase – Revista bimestral
de KOINONIA
Julho/agosto de 1995
Ano 17 – nº 282

KOINONIA Presença Ecológica e Serviço

Rua Santo Amaro, 129
22211-230 Rio de Janeiro RJ
Telefone (021) 224-6713
Fax (021) 221-3016

Rua dos Pinheiros, 706 casa 6
05422-001 São Paulo SP
Telefone/fax (011) 280-7461

CONSELHO EDITORIAL

Carlos Rodrigues Brandão
Emir Sader

José Oscar Beozzo
Heloísa de Souza Martins
Leonardo Boff
Luiz Eduardo Wanderley
Márcio Santilli
Marília Portes Sposito
Milton Schwantes
Regina Reyes Novaes
Rubem Alves

COORDENADORA DA UNIDADE
DE COMUNICAÇÃO
Magali do Nascimento Cunha
MTb 011-233

EDITOR

Jether Pereira Ramalho

EDITORES ASSISTENTES

Beatriz Araújo Martins
Paulo Roberto Salles Garcia

EDITORA DE ARTE E DIAGRAMADORA

Anita Slade

REDATOR

Carlos Cunha

SECRETÁRIA DE REDAÇÃO

Beatriz Araújo Martins

CAPA

Anita Slade/Fotos J.R.
Ripper/Imagens da Terra

PRODUÇÃO GRÁFICA

Supernova

FOTOLITO DA CAPA

Stúdio Portinari

FOTOLITOS E IMPRESSÃO

Clip

Os artigos assinados não
traduzem necessariamente
a opinião da Revista.

Preço do exemplar avulso
R\$ 2,50

Assinatura anual
R\$ 15,00

Assinatura de apoio
R\$ 20,00

Assinatura/exterior
US\$ 50,00

ISSN 0103-569X

TEMPO E PRESENÇA tem
prestado um valioso serviço
à capacitação e formação
nesses anos. Agradeço pelo
brilhante trabalho de
capacitação que a revista
tem feito todo esse tempo.
A atualidade dos assuntos e
variedades de escritores nos
dá uma variedade de idéias
e nos mantém sempre
atualizados. Sigam em
frente nesta nova fase da
revista.

Geraldino José de Souza

Abreu e Lima/PE

(...) Quanto à questão de
conseguir assinatura de
TEMPO E PRESENÇA, já
tentei demais com pessoas
do meu convívio, quem faz
parte das Comunidades
Eclesiais de Base (CEBs) e
movimentos populares
alguns já tem, e as que são
de pastorais assim da ala
conservadora não querem
(...). Mas eu vou ainda lutar
para conseguir mais
assinaturas nem que sejam
para o próximo ano. A
revista é muito útil para
quem está lutando por uma
sociedade igualitária.

Maura Maria de Oliveira

Fortaleza/CE

Recebemos TEMPO E
PRESENÇA com gosto,

pois é muito rica em
conteúdos que muito nos
ajudam nas nossas
reflexões e elaboração de
textos sobre a problemática
da mobilidade humana.

Ir. Maria Nichele

Brasília/DF

Agradeço a um grande
amigo e companheiro das
Comunidades Eclesiais de
Base (CEBs) por ter me
presenteado uma assinatura
deste valioso meio de
informação e formação que
é TEMPO E PRESENÇA,
já faz quatro anos que
recebo, e tem me ajudado
muito. (...) Essa valiosa
revista tem nos ajudado
muito em nossas reflexões e
questões sociais, teológicas,
pastorais, enfim, ela traz
um vasto conhecimento em
todos os aspectos da vida e
vem ajudando o leitor a se
situar nesse contexto tão
complexo e problemático
que é o nosso Brasil e
mundo.

Rosa Gonçalves

Independência/CE

A revista TEMPO E
PRESENÇA é muito
enriquecedora para o meu
trabalho pastoral e
comunitário esclarecendo e
aprofundando temas

gritantes da nossa
atualidade. Gostaria de
expressar o meu
agradecimento pelo serviço
prestado na construção do
Reino e parabênz toda a
equipe pela nova fase de
KOINONIA.

Agradeço pela
oportunidade, lembrando
que enquanto Deus nos
permitir serei assinante de
TEMPO E PRESENÇA.

Aparecido Carvalho da Silva
Uberaba/MG

Recebi os exemplares da
revista. Eles serão muito
úteis para trabalhar com os
alunos da faculdade.
Peço-lhe, se possível,
enviar mais alguns
exemplares referentes aos
meses de maio/junho 1995
para que eu os distribua na
editora da universidade,
cooperativa dos estudantes,
biblioteca central da
Universidade Federal de
Santa Maria, de forma a
propagandar o trabalho de
você e de todas as pessoas
que, como eu, podem ter o
prazer de ver sua produção
sair da gaveta. Espero
contribuir um pouco com a
ampliação da comunidade
de leitores.

Veneza Ronsini

Santa Maria/RS

SEJA ASSINANTE DE TEMPO E PRESENÇA

e tenha em mãos uma publicação singular. São páginas que nestes mais de
quinze anos se renovaram e se constituíram referência indispensável para todos
os que se têm comprometido com a construção de uma realidade melhor. E se
recusam a admitir silenciosos as imposições de uma democracia
não-democrática, e de um mundo que não desejamos.

FAÇA AINDA HOJE SUA ASSINATURA, por apenas R\$ 15,00. Caso queira se
tornar um assinante de apoio, envie-nos R\$ 20,00. Cheque ou vale postal para:

KOINONIA Presença Ecológica e Serviço

A/C Setor de Distribuição

Rua Santo Amaro, 129 Glória

22211-230 Rio de Janeiro RJ

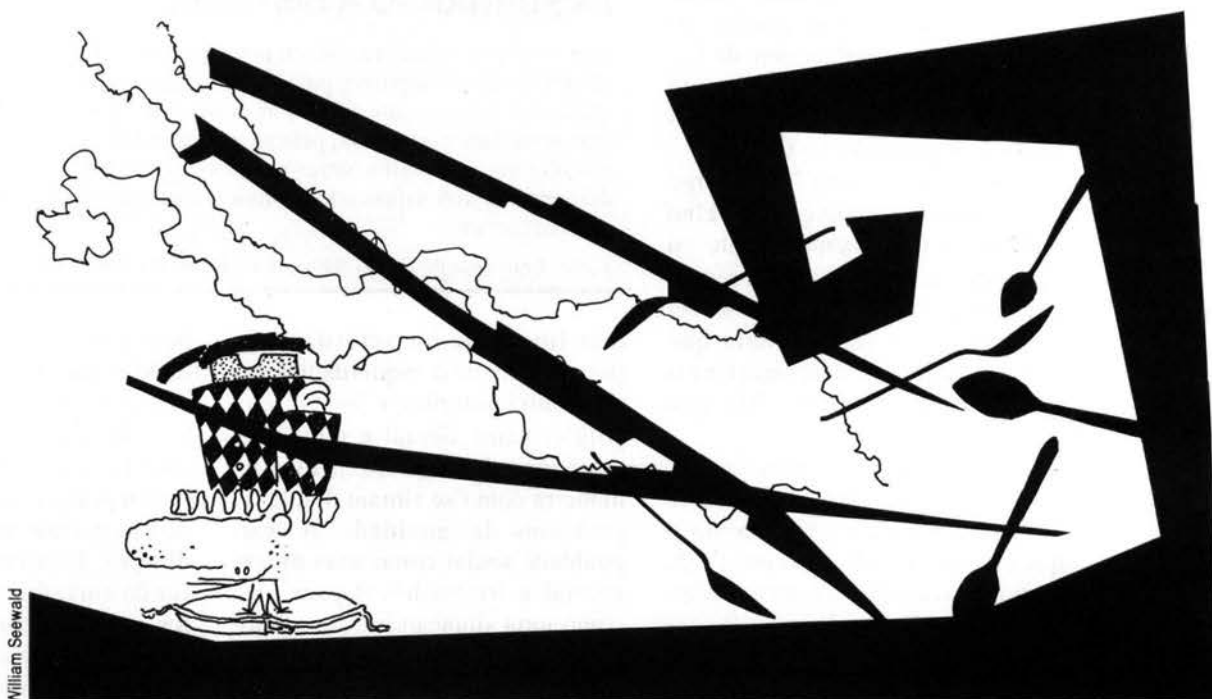
Tel. (021) 224-6713 Fax (021) 221-3016

UM TECIDO SOCIAL EM MUTAÇÃO

Luiz Alberto Gómez de Souza

A mudança e a reconstrução do tecido social são produtos de uma série de atividades em vários níveis, não necessariamente inscritas num desenho único e abrangente. Muitas iniciativas no plano micro da sociedade, à primeira vista limitadas e parciais, podem ser verdadeiros laboratórios de práticas sociais, experiências concretas portadoras de futuro

A noção de mudança social é antiga e já a encontramos entre os gregos. Mas, para estes, a história era circular e as transformações tinham mais a ver com reacomodações. A própria idéia de revolução, bastante recente, começou com a conotação de restauração, vinda da astronomia, da revolução dos astros, isto é, o eterno retorno, a “re-volta”, volta atrás. Foi da Revolução Francesa para cá que ela passaria a significar um passo adiante, ainda que, num primeiro momento, tivesse o significado de repor a antiga ordem “natural” das coisas, pervertida pelo despotismo dos monarcas.



William Seewald

O tema da desigualdade se desdobra no da miséria e da exclusão social.

Nesse sentido, as denúncias dos socialistas e dos libertários do século passado são muito atuais e mesmo têm agora conotações ainda mais escandalosas

Ouvir a história. Rapidamente, revolução passou a ter um sentido quase mágico e freqüentemente voluntarista de transformação radical e foi associada à tomada do poder político. A morte do rei Luís XVI e a proclamação da república situaram-se no ano I do novo calendário. A revolução de outubro, neste século, em 1917, seria dessa maneira paradigmática. Ocupar o palácio de inverno dos czares era inaugurar uma ordem nova, aparentemente irreversível. São Petersburgo passaria a chamar-se simplesmente Petrogrado, cidade de Pedro, na espera de ganhar, na hagiografia secular, o nome de Leningrado, o novo herói-mito, santo não-religioso, com direito a relíquia e peregrinação ao túmulo.

Agora, quando São Petersburgo foi restaurada (revolução no velho sentido do movimento celeste ou do eterno retorno), há uma sensação desconfortável nos meios revolucionários tradicionais que acreditaram nos determinismos históricos e nos “amanhãs que cantam”.

Do outro lado, nos meios neoliberais, mais míopes ainda, corre um sentimento de alívio, como o que atravessou a Europa em 1815, com a restauração do *ancien régime* monárquico na França. E seus ideólogos se põem logo a apregoar o “fim da história”, desse perigoso

tempo de mudanças sociais imprevisíveis. Para eles, o capitalismo liberal inauguraria uma situação estável e cômoda. Cancelamento das utopias irresponsáveis, longo reinado da ordem e da harmonia. Tranquilidade para os que teriam tudo a perder com a mudança. “Eppur si muove” (“mas na verdade se move”), diria Galileu logo depois de forçado a retratar-se pela Inquisição, que negava até a rotação terrestre. Entretanto, poderíamos repetir, alguma coisa — ou muita coisa — vai mudando, para além da crise de uma certa esquerda e das expectativas de uma certa direita.

Desigualdade. Muitos querem até mesmo proclamar que esquerda e direita são noções superadas. Norberto Bobbio, sábio e octogenário, vem demonstrar o contrário, em iluminador ensaio (*Direita e esquerda — razões e significados de uma distinção política*, Editora Unesp, 1995). A oposição entre ambas não se dá tanto entre esco-

dade. Congelamento ou mudança, volta o tema das transformações no tecido social.

A ordem capitalista de nossos dias se mostra não só injusta, mas crescentemente concentradora, no interior de cada sociedade (aumentam os pobres também nos Estados Unidos) e na dimensão planetária (o abismo crescente entre o Norte e o Sul). O tema da desigualdade se desdobra no da miséria e da exclusão social. Nesse sentido, as denúncias dos socialistas e dos libertários do século passado são muito atuais e mesmo têm agora conotações ainda mais escandalosas. E não se trata de construir, em oposição, outra ordem alternativa, niveladora por baixo e uniformizante, mas pensar numa sociedade que, superando desigualdades intoleráveis, respeite as diferenças, os pluralismos e as divergências.

Muitas frentes. É preciso revisar a extensão do que entendemos realmente por mudanças e tam-

EMPURRANDO A HISTÓRIA

Com a utopia vislumbramos um novo horizonte para a História. O sonho utópico jamais desaparece para sempre. Ele é parte intrínseca da natureza humana, especialmente quando as pessoas são jovens. Todos sonham com uma sociedade perfeita ou, pelo menos, diferente e muito melhor. Eu acredito que vão existir outras versões daquele sonho utópico. O desaparecimento temporário de uma utopia não significa que todas elas desapareceram.

Fonte: Entrevista de Eric Hobsbawm no Jornal do Brasil, 15/8/95.

lher liberdade ou autoritarismo (temos visto uma esquerda libertária e outra autoritária, uma direita politicamente liberal e outra instauradora de ditaduras), mas na maneira como se situam diante do problema da igualdade. A desigualdade social como uma ordem natural e irremediável para uns, como uma situação injusta e intolerável para outros, e que exige transformações no seio da socie-

bém tomar em conta a complexidade de seus vários níveis. Privilegiando os aspectos políticos, através dos mecanismos coercitivos do estado, faríamos tudo depender de um punhado de governantes, ou de um partido com aspirações de direção. Estaríamos então esquecendo uma série de outros elementos sociais, econômicos, psicológicos e culturais, por onde teriam de passar igualmente as transfor-

mações. Se tudo se baseasse nos instrumentos do poder político, perante as resistências, inércias ou lentidões em outras dimensões, a tentativa viria quase inevitável: mudar a sociedade, a partir do Estado, de qualquer maneira, quase a qualquer preço, com o risco de, corrompendo autoritariamente os meios, comprometer definitivamente os fins. Não vimos isso acontecer, tragicamente, no Leste europeu, indicando o esgotamento das propostas jacobinas?

Creio que, lenta e penosamente, vamos descobrindo que mudar a sociedade é trabalhar em muitas frentes, num longo e enviesado processo histórico. Não podemos esquecer que o fim das ilusões “revolucionaristas” não se deu de repente em 1989, com a dissolução do Socialismo Real. Ele começou bem antes, esteve nas intuições dos jovens de 1968 (aliás 1989 é a mesma sigla de ponta-cabeça), só que demorou duas décadas para ser suficientemente absorvido. Nos muros de Paris, parafraseando

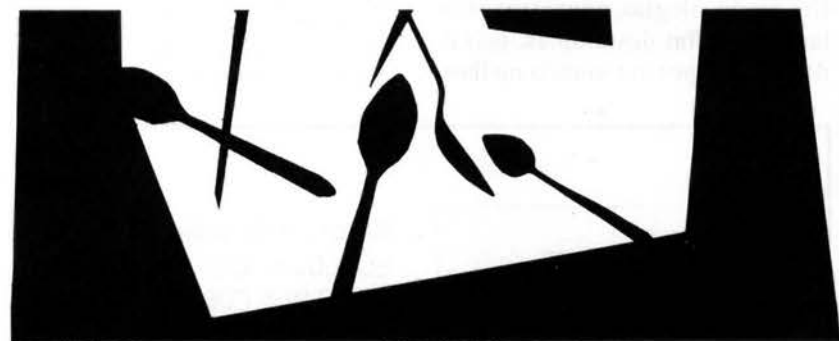
é uma mutação”, podia-se ler agora no Quartier Latin).

E, com os jovens, entraram logo em cena novos atores das mudanças. Não apenas as classes sociais organizadas em partidos e sindicatos, como nas lutas do século XIX, mas os movimentos sociais articulando os mais variados interesses dos desiguais na economia e nas relações sociais, mas também no gênero, na raça e nas culturas. Por isso a temática dos movimentos (mulheres, negros, índios, ecologistas, resistências populares ...) fica sempre mais central nas análises contemporâneas e por eles passam reivindicações e práticas de grande potencial transformador. O mesmo acontece com variados grupos religiosos, até porque colocam suas metas, ambiciosamente, além da própria história e podem trazer assim forte conteúdo radicalizador na sociedade.

No caso das transformações dependerem principalmente de uma estratégia baseada nas decisões do poder, o fundamental seria prepa-

Desenhos diversos. Se, entretanto, buscamos as modificações da sociedade numa perspectiva mais ampla, descobrimos toda uma série de atividades em vários níveis, não necessariamente inscritas num desenho único e abrangente. Elas podem surgir até mesmo contraditórias, nascidas de diferentes inspirações, preparadas a muitas mãos, por inúmeros atores, articulando-se posteriormente umas com as outras, nem sempre de maneira coerente, com a permanência de tensões e de vetores divergentes. Podem então confluir muitas iniciativas no nível micro da sociedade, a partir de ações à primeira vista limitadas e parciais, mas com potencialidade de irra-

*Mudar a sociedade
é trabalhar em muitas
frentes, num longo
e enviesado processo
histórico*



uma afirmação célebre de 1789 (o 89 de dois séculos atrás), esses jovens escreveram que não se tratava de uma revolução, mas de uma mutação, mutação histórica muito mais profunda e radical do que simples mudanças nas regras do jogo político e econômico (“Majestade, não é uma revolta, é uma revolução”, dissera o ministro ao rei, no dia da queda da Bastilha; “Majestade, não é uma revolução,

rar um programa político global e subordinar tudo à consecução de suas metas. O desenho das mudanças estaria fundamentalmente situado no nível macro da sociedade, em seus contornos gerais, num plano revolucionário includente e totalizante (com o risco de tornar-se totalitário, a terrível tentação deste século XX que termina).

dição e de contágio, verdadeiros laboratórios de práticas sociais, experiências concretas portadoras de futuro.

Quem gosta de planos prefixados a partir de leis históricas (determinismos ou dogmas) terá talvez a sensação de encontrar-se no meio de uma grande confusão e sentirá falta de uma ordem revolucionária bem estabelecida. O irônico, porém, é que ordem está mais associada ao imobilismo das direitas, do que à busca de igualdade e justiça das esquerdas. Porém, não se trata de ficar numa apologia da fragmentariedade e da falta de sentidos, própria de uma visão pós-moderna, que nega racionalidade e direção da História para a frente. Vale notar, aliás, que pós-modernos e neoliberais, ambos, de certa forma, imobilistas e

UM MUNDO EM PEDAÇOS

Nos últimos anos, não se fala de outra coisa senão da globalização. A palavra impõe-se, de fato, para descrever a abertura de todos os países ao mercado mundial. O termo é usado também para dar nome à difusão generalizada de uma sociedade de consumo que, à primeira vista, transformaria o planeta num imenso *duty-free*.

Essa noção tão cômoda, porém, choca-se com duas realidades contrastantes. A primeira é o crescente dualismo presente na grande totalidade dos países: todos participam do mercado mundial, mas, nos países ricos, 20% da população fica de fora do processo econômico — cifra que atinge na América Latina o patamar de 50% e eleva-se em determinadas regiões, sobretudo na África, a 80%. Uma tal realidade, de tão evidente, faz o tema da globalização parecer mais ideológico do que descritivo.

Fonte: Artigo de Alain Touraine na Folha de São Paulo, 13/8/95.

conservadores, têm mais coisas em comum do que eles próprios imaginam. Na verdade há um sentido histórico a construir, não como alguma coisa fixada num desenho preestabelecido, mas como uma tarefa a realizar olhando adiante, com os vetores apontando para o futuro, a partir das práticas do presente, neste caso mais projeto aberto ("pro-jetado", lançado para a frente), do que plano previamente definido.

Empurrar a História. Um marxista "utópico" (não há um Marx utópico, do reino da liberdade, a descobrir?), Ernst Bloch, nos falou do Princípio-Esperança, "inquietamente iluminador", que do futuro atrai a História sempre para a frente, para uma antecipação concreta a partir das possibilidades ainda não realizadas, mas reais, de uma época. Por esse eixo tencionado para o futuro, se dirige a procura de maior igualdade, liberdade e solidariedade, velhos ideais que vêm da Revolução Francesa. Teilhard de Chardin já mencionava uma "direção axial" da História, que deveríamos ver, entretanto, como alguma coisa a construir, não fatalista ou predestinada, mas tendência a ser conquistada numa história aberta à aventura, aos êxitos e também aos

fracassos. A realização da igualdade e da justiça social não está assegurada, ela é uma virtualidade a ser feita possível pela ação humana. Vários são os cenários alternativos propostos à nossa frente. Compete a nós escolher algumas direções e lutar por elas, sabendo desde já que os resultados serão parciais, complexos e inesperados, além e aquém das previsões.

E por falar em utopia, também hoje os ideólogos que pregaram o fim das ideologias, anunciam afoitamente o fim das utopias, isto é, dos sonhos por um mundo melhor.

Utopia, etimologicamente, quer dizer nenhum lugar (*u-topos*). Mas pode significar um horizonte, mais à frente, para o qual queremos empurrar a História. E que, de certa maneira, nunca alcançamos. Mal nos aproximamos dele e já outro horizonte se abre adiante, carregado de surpresas e de imprevisíveis novidades. Tudo isso não é fruto de voluntarismos teimosos ou de sonhos ingênuos, mas se vai construindo em torno a muitas práticas e experiências, quando os espaços micro vão costurando pacientemente a rede macro de um tecido social em mutação. Não se trata de um anseio perdido no amanhã, mas, ao contrário, começa desde agora. Faz alguns anos pediram que descrevesse minha "utopia concreta". Comecei com a seguinte pergunta: A utopia não estará nascendo no meio de nós?

Luiz Alberto Gómez de Souza, pesquisador no Centro João XXIII-Ibrades (Rio de Janeiro), professor-visitante no Instituto de Medicina Social da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, ex-funcionário das Nações Unidas (CEPALC e FAO) e autor de *Classes populares e Igreja nos caminhos da história* (Vozes).



Novo livro de Leonardo Boff
ECOLOGIA, GRITO DA TERRA,
GRITO DOS POBRES
Editora Ática

A ecologia não trata apenas das questões ligadas ao verde ou às espécies em extinção. A ecologia significa um novo paradigma, quer dizer, uma nova forma de organizar o conjunto de relações dos seres humanos entre si, com a natureza e com seu sentido neste universo. Ela inaugura uma aliança com a criação, aliança de veneração e de fraternidade.

DEMOCRACIA E NEGOCIAÇÃO DA REALIDADE

Gilberto Velho

Em determinadas dimensões da vida sociocultural, encontramos no Brasil experiências de intercâmbio, que, apesar de frágeis, têm-se constituído em produtoras de reciprocidade, base mínima da vida social

A violência na sociedade brasileira é um tema que mobiliza quase todos os setores da sociedade. Mesmo considerando um possível sensacionalismo da imprensa, não há como negar a crescente onda de agressões, desencontros e dificuldades de diálogo entre os diversos atores sociais. Os roubos, assaltos e seqüestros constituem a dimensão mais evidente e dramática de uma situação de desencontro e de impasse.

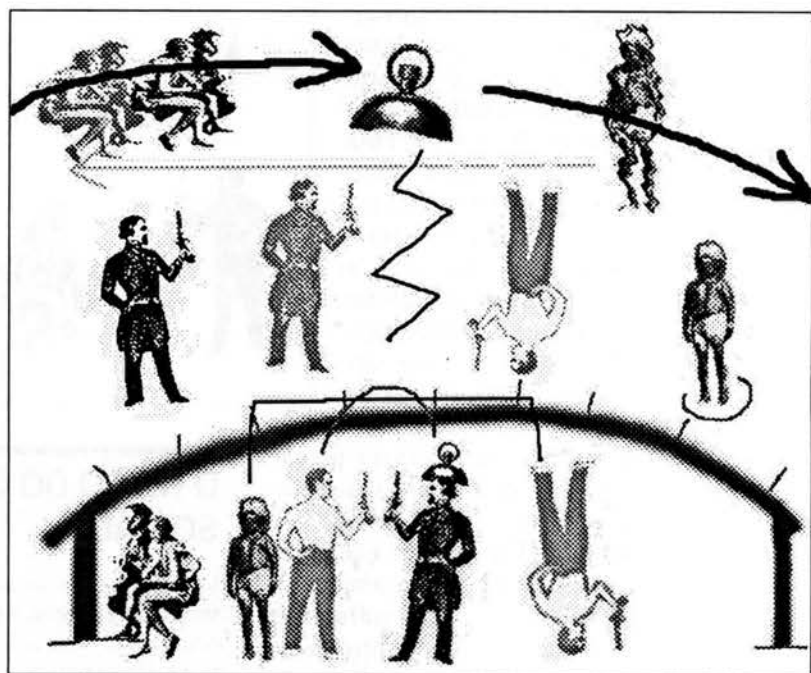
Origens. As raízes desse fenômeno são seculares, ligadas à exploração e às desigualdades sociais. A experiência da escravidão deixou marcas profundas na sociedade brasileira, o que dificultou o desenvolvimento de noções básicas de cidadania. Por outro lado, nunca tivemos uma hierarquia efetivamente implementada com um mí-

nimo de legitimidade que pudesse permitir, como em outros casos, um sistema de trocas e de interação que, embora desigual, pudesse tornar viáveis definições consensuais de realidade.

O hibridismo de pedaços de modelos de exploração autoritários e de ideologias individualistas desligadas de preocupações éticas mais desenvolvidas, compõe um quadro em que o desacerto e o desencontro são constantes. O desenvolvimento de um capitalismo

selvagem dentro dessas circunstâncias agravou ainda mais as desigualdades sociais, fazendo com que, contemporaneamente, fiquem ainda mais precários os canais de comunicação entre as diferentes categorias sociais.

Assim sendo, poucas são as barreiras culturais efetivas contra as irrupções de comportamento violento. O período da ditadura militar, com todas as suas consequências políticas e sociais, piorou sensivelmente as possibilida-



Marta Strauch

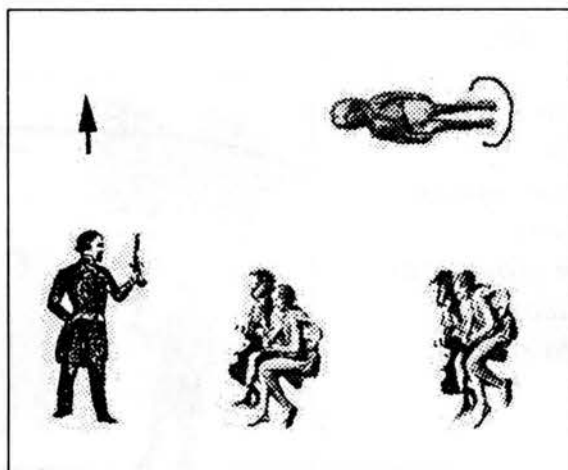
des de desenvolvimento de uma cultura democrática. A repressão acionando um sistema policial militar de perseguição, tortura e, eventualmente, assassinato, atingindo os mais variados setores da sociedade, contribuiu decisivamente para um quadro de descrença na possibilidade de discussão e de negociação das diferenças.

Criação de espaços. Por outro lado, é inegável que, em determinadas dimensões da vida sociocultural, encontramos no Brasil experiências de intercâmbio não desprezíveis. São justamente estas que permitem, de algum modo, compreender a permanência de um sistema que, embora desigual e pouco legitimado, pode adquirir uma identidade minimamente estável. Ou seja, a outra face de um hibridismo pouco propício ao desenvolvimento de um regime democrático, é a criação de certos espaços e de pontos de encontro que, embora precários, podem desempenhar um papel estratégico de intercâmbio.

Gilberto Freyre, por exemplo, chamou a atenção para uma certa possibilidade de entendimento dentro da desigualdade entre os diferentes atores sociais. Foi, por isso mesmo, algumas vezes desqualificado por, supostamente, diluir os conflitos da sociedade brasileira. Hoje parece mais evidente que, de algum modo, chamava a atenção para a existência de um campo de trocas e de comunicação paralelo e complementar às formas de dominação e exploração.

Diversidade. Com o desenvolvimento da urbanização, da comunicação de massa e de uma preocupação política mais explícita com a cidadania, hoje já podemos repensar a desigualdade e a diversi-

O hibridismo de pedaços de modelos de exploração autoritários e de ideologias individualistas desligadas de preocupações éticas mais desenvolvidas, compõe um quadro em que o desacerto e o desencontro são constantes



O RISCO DO ÓDIO SOCIAL

O aumento do ódio social gera a violência e é gerado por ela. São eclosões de violência que cada vez mais se radicalizam. O problema é que esta nossa sociedade não tem a cidadania como um valor básico. É preciso manter o que ainda resta de relação entre as classes. A cultura pode ser um caminho. A produção de cultura parece ser ainda a relação mais forte entre essas duas metades da cidade (referindo-se ao Rio de Janeiro). Música, samba, o próprio carnaval, ainda são visões de esperança numa reaproximação e na busca de soluções.

Fonte: Trechos da entrevista de Gilberto Velho ao Jornal do Brasil em 10/5/95.

dade brasileiras como fenômenos não incompatíveis com um projeto democrático. Este poderia viabilizar-se a partir da recuperação e do reforço dessas pontes que, apesar de frágeis, têm-se constituído em produtoras de reciprocidade, base mínima da vida social. Não há como naturalizar esses processos. Com o nível de tensão e de conflito atuais, são necessários uma vontade e um esforço políticos que tenham como objetivo ex-

plicito resgatar e reforçar estes canais e pontes os quais, sem ignorar as diferenças e as desigualdades, permitam o encaminhamento de propostas e de acordos que amenizem os conflitos existentes. Urge, portanto, implementar medidas reforçadoras da dimensão social da democracia e que, ao mesmo tempo, valorizem temas e pontos de contato entre os diferentes atores sociais. A partir da cultura, encontramos referências e eixos de

orientação, como na religião e na arte, que articulam grupos socialmente desiguais em interações que permitem um fluxo de trocas. As relações entre os níveis de cultura, como na música popular, no esporte, em certos movimentos religiosos e no anseio mais generalizado por uma idéia de justiça, já constituem e podem ser ainda mais importantes para o fortalecimento de um projeto democrático em que o pluralismo sociocultural se constitua em valor básico.

Gilberto Velho, professor titular de antropologia do Museu Nacional/UFRJ, autor de diversos livros, entre eles *Projeto e Metamorfose — Antropologia das Sociedades Complexas*, Jorge Zahar Editor.

AS MICROEXPERIÊNCIAS POPULARES

NOVAS MALHAS DE UM TECIDO SOCIAL?

Luiz Inácio Gaiger

O valor das microexperiências está no ensaio de uma nova forma de convivência, de onde estão emergindo formuladores e condutores das reivindicações populares, organicamente identificados com os setores postos à margem dos benefícios sociais e das chances de exigí-los

Quando lançamos um olhar retrospectivo sobre os últimos quinze anos de nossa história, da abertura democrática aos dias atuais, conclusões diferentes são possíveis. Considerando a dramática involução dos indicadores sociais, ou a força das barreiras antepostas à instauração de uma democracia substantiva e incluyente, tem-se a visão de um período difícil, quando, quem sabe, as frustrações superaram os avanços e as meias vitórias. Outra leitura lembra contudo, entre outras coisas, uma época de grande mobilização civil, de novos embates e de invenção de inúmeras formas de organização.

A APOSTA NOS MOVIMENTOS DE BASE

Entre essas novidades, despertou grande entusiasmo o florescimento de pequenos movimentos de base, voltados ora às chamadas questões culturais, ora à reapropriação dos espaços da vida cotidiana, ora ainda a práticas econômicas alternativas, sob forma de autogestão e cooperação. A inovação desses movimentos estava no fato de visarem soluções, criadas *na e pela base*, para demandas cujo atendimento se buscara anteriormente por meio de pressões que acionassem a capacidade provedora do Estado. A perspectiva de um amálgama gradativo entre essas múltiplas formas de luta, vindo a reforçar o peso das camadas populares na transição democrática, dava-lhes um caráter bastante promissor.

O essencial, porém, segundo uma interpretação que rompia com a centralidade dos movimentos de classe e com a estratégia de tensionamento das contradições na esfera do trabalho e da reprodução, situava-se na dimensão *culturalmente* inovadora dessas microexperiências. Operando em pequena escala, favorecendo a participação direta, e, portanto, o envolvimento pessoal numa práxis coletiva, por

natureza questionadora, elas funcionariam como um *caldo de cultura*, capaz de renovar os padrões de comportamento e de fazer germinar uma atitude participativa e democrática, vocacionando ao exercício da cidadania setores até então excluídos dos direitos mais elementares.

Admite-se hoje que a tese do potencial cultural em parte subestimou o peso dos fatores estruturais, definidores do contexto econômico e político, e, por outro lado, tomou como evidência empírica o discurso projetivo dos próprios movimentos. O fato é que, supervalorizadas ou descredenciadas, muitas dessas experiências persistiram no tempo, ao passo que a real concretização daquela expectativa apenas começa a ser verificada de forma mais sistemática e abrangente. Isto é um balanço necessário e talvez oportuno, no momento em que se aprofundam os processos de desorganização e segregação social e, por outro lado, as forças progressistas reavaliam os seus modelos estratégicos de transformação macroestrutural, para os quais esperavam contar, precisamente, com o potencial acumulado pelos movimentos populares.

DO COMUNITÁRIO AO SUJEITO-CIDADÃO

Elementos relevantes nesse sentido são oferecidos pela avaliação de dois programas de apoio a miniprojetos, desenvolvidos por organismos da Igreja Católica no Rio Grande do Sul e no norte de Minas Gerais. Um número superior a mil projetos comunitários foi implantado desde 1984 nessas duas regiões. A avaliação desses projetos buscou identificar em que medida essa experiência levou à formação de disposições culturais novas, na direção de uma consciência e de uma prática cidadã.

Em que pesem os contrastes regionais, em suas linhas gerais os miniprojetos em questão se assemelham. Direcionam-se invariavelmente a populações de baixa renda, atingindo pequenos lavradores, trabalhadores não-especializados e moradores das periferias urbanas. Seguindo uma tendência global da ação da Igreja no período, o cunho assistencialista dos primeiros anos deu lugar a um trabalho promocional, orientado para o desenvolvimento do espírito comunitário, do senso crítico e da autonomia. Com isso, cresceram os projetos voltados para a geração de renda e multiplicaram-se iniciativas dos mais diversos tipos: hortas e roças coletivas, grupos de beneficiamento e de produção agrícola, minicooperativas, fabriquetas de alimentos e de utensílios, minimalharias, etc.

Começando com pequenas ações, os miniprojetos reavivam a convivência, os laços de vizinhança e as tradições culturais, o que permite aos poucos soldar novos laços de pertencimento e de solidariedade. Mesmo nos grupos mais frágeis e dependentes, *estar incluído em alguma coisa* parece ser a grande motivação; a base da auto-estima e da confiança que predispõem a agir em horizontes mais amplos. As atividades se di-

UMA REVOLUÇÃO COTIDIANA

Há quem afirme que o aparecimento dos movimentos sociais recolocou, no centro das discussões, indagações acerca dos percursos e dos sujeitos da transformação social. Atribui-se à tão-falada crise de paradigmas (sob a perspectiva política) do fim dos anos de 1960 na Europa, e final dos anos de 1980 no Brasil: ao fim do socialismo real, a "reconstrução" das utopias e a emergência de múltiplos sujeitos e projetos políticos no palco social.

Outros afirmam que os movimentos sociais expressam a crise das formas tradicionais de fazer política; crise das clássicas organizações centralizadoras (partidos e sindicatos), crise de encaminhamentos das esquerdas tradicionais (luta armada, ações clandestinas, disputas eleitorais e outras) e ressaltam ainda o esgotamento dos modelos tradicionais de análises com relação a instituições e aos processos políticos.

Fonte: Artigo de Glória Diógenes, in: *Novos Paradigmas e Realidade Brasileira*, Universidade Federal do Pará, Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Belém, 1993.

versificam, de forma a rentabilizar os investimentos, e estimulam o intercâmbio e a articulação com outras experiências e movimentos. Constata-se ao mesmo tempo uma progressiva implicação, principalmente das lideranças, no espaço coletivo e nas questões de interesse público. Mesmo em situações de clara negação da cidadania, em razão do verticalismo e da exclusão das relações sociais, o comunitário cedo ou tarde alimenta um desejo de independência e de participação.

Este sentimento nem sempre encontra a resposta esperada na

realidade dos fatos. Ele expressa de todo o modo uma tendência à constituição das pessoas como *sujeitos sociais ativos*, que se vêem como agentes primordiais das grandes e necessárias transformações. Essa motivação conta ademais com o substrato de uma nova consciência religiosa, ético-social, que vive a fé como um ato de responsabilidade, um compromisso com a sorte do próximo e com os caminhos da sociedade. À raiz dessa atitude está a experiência de participação direta e os frutos tangíveis por ela alcançados. A cidadania aparece em primeiro lugar como vivência de uma *sociabilidade distinta*, que altera não apenas a visão momentânea das coisas, mas o modo de compreender a vida individual e coletiva, resultando numa nova lógica de identidade que tem na participação social um valor intrínseco.

A EXPERIÊNCIA FUNDAMENTAL DO PRINCÍPIO DA INCLUSÃO

De uma forma ou outra, os miniprojetos vão na contracorrente das práticas dominantes que subordinam, espoliam e humilham os pobres. Esse movimento, contudo, não é uniforme e contradiz, por isso, a imagem de uma "grande marcha do povo" rumo à sociedade de cidadãos. Os mecanismos deletérios de segmentação e de exclusão, ao atingirem com mais força os indivíduos já em maior estado de privação, impõem ritmos e níveis desiguais de participação, e reforçam a heterogeneidade socio-cultural já existente no interior dos miniprojetos. Esse descompasso termina por recriar relações de dependência e reproduz uma *consciência fragmentária* que, embora toda a carga de inconformismo, retira as mudanças do foco da própria ação popular.

Contra essa diferenciação estrutural os miniprojetos agem criando uma unidade simbólica,

NOVOS MOVIMENTOS SOCIAIS

A atenção para essas microexperiências parece ter ocorrido na entrada da última década, no bojo de uma produção teórica que, diante da eclosão do que veio a denominar-se *novos movimentos sociais*, tomou distância dos enfoques centrados nas contradições da esfera da reprodução, então vistas como raízes objetivas da mobilização popular e da consequente acumulação de forças posta no horizonte dos movimentos reivindicativos. Considerando o impacto político dos novos movimentos como um ganho possível, não, porém, imediato, as novas análises acentuaram a dimensão culturalmente inovadora e o potencial transformador que, neste plano, teriam as múltiplas formas de organização popular, com base particularmente na reapropriação dos espaços da vida cotidiana.

Nessa nova ótica, as lutas por bens de consumo, por questões de gênero, de raça e outras, bem como as formas alternativas de cooperação e autogestão econômica, estariam forjando uma nova identidade nos meios populares, formando novos atores sociais e, por essa via, lançando as bases para a reconstrução da sociedade civil.

Fonte: Artigo de Luiz Inácio Gaiger, in: Cadernos do CEAS nº 157, maio/junho de 1995, p.18.

assente na mística comunitária, o que permite a cada um participar do movimento com o que tem social e culturalmente à sua disposição. A vida nos miniprojetos, portanto, não significa a eliminação da desigualdade, mas sinaliza um foco de energia alternativo para a reconstrução do tecido social. Ou seja, seu valor consiste precisamente em inverter a lógica privatista dominante pela introdução de



Nando Neves / Imagens da Terra

um *princípio inclusivo*. A expectativa maior não está no poder multiplicador das microexperiências, embora importante, ou na possibilidade de reverterem em pequena escala os efeitos iníquos das estruturas sociais. Está no *ensaio* de uma nova forma de convivência, de onde aliás estão emergindo formuladores e condutores das reivindicações populares, organicamente identificados com os setores postos à margem dos benefícios sociais e das chances de exigí-los. Sem essa experiência de base e esses novos interlocutores, torna-se problemático imaginar a implementação de políticas sociais inovadoras, comprometidas com a constituição de um vínculo efetivamente democrático entre o Estado e a sociedade e que tomem seus beneficiários igualmente como agentes do desenvolvimento.

Por outro lado, a atitude cidadã, uma vez interiorizada, não parece facilmente revocável. Ela tende a ser referência e a produzir um efeito irradiador. Convém lembrar,

evocando o lado negativo destes quinze anos, que vivemos a contragosto um período longo de erosão da capacidade de resistência dos trabalhadores, de frustrações que solaparam muitas esperanças e minaram-lhes as defesas. Apenas com heroísmo se pode resistir e quem sabe seja esse, acima das debilidades e virtudes, o maior trunfo a registrar: tal como as *minorias abraâmicas*, os miniprojetos vêm lutando contra a desesperança, impedindo que os sonhos de uma vida melhor se dissipem, mantendo vivos segmentos sociais a quem os anos vindouros, por isso mesmo, talvez reservem um protagonismo que até o presente lhes foi recusado.

Luiz Inácio Gaiger é professor e pesquisador na Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo/RS e integra a equipe do Centro de Documentação e Pesquisa (Cedope).



Calicut

INICIATIVAS LOCAIS NA LUTA CONTRA A EXCLUSÃO SOCIAL

Paulo R. C. Lopes

As microiniciativas locais têm impedido, concretamente, que o processo de exclusão dos bens socialmente produzidos tenha um efeito mais devastador. Mas o fundamental é ter um eixo articulador de todo esse processo, que parece estar formulado na proposta de construção da cidadania ativa

A sociedade brasileira sempre se caracterizou por excluir, dos bens socialmente produzidos, parcelas significativas da população. Refiro-me, aqui, à exclusão que se dá tanto em relação aos bens econômicos, como sociais, políticos, culturais, e outros. Esta exclusão se manifesta em diferentes níveis e graus e, em certos momentos históricos, atinge mais profundamente determinados segmentos sociais. Não se trata de um fenômeno novo em nossa realidade e a persistência dele só revela a perversidade de nosso processo histórico de desenvolvimento.

Diversidade de lutas. A reação dos que são excluídos se apresenta, em cada momento histórico, de modo diferenciado. E é sobre essa reação que pretendo, neste breve artigo, fazer algumas observações, mesmo que precárias e iniciais. Parto da premissa de que há algo de novo, em algumas reações de certos setores dos excluídos, que se expressa na busca de formas concretas, em microespaços sociais, para lutar contra essa situação de exclusão.

Evidentemente, a luta contra a exclusão é uma constante e nossa história, não a oficial, é rica em situações que evidenciam a cora-

gem e a determinação dessa gente. Mas uma luta coletiva no microespaço, com possibilidades reais de articulação no macroespaço social, parece-me a grande novidade e riqueza deste momento histórico que estamos vivendo. A novidade portanto tem, no meu entendimento, três características intrínsecas: ser micro, ser coletiva e ter condições efetivas de articulação com o macro.

Em outros momentos históricos, a luta contra a exclusão social no microespaço era realizada, com frequência, por setores incluídos, com forte viés assistencialista e/ou paternalista. Embora essa tendência ainda seja muito forte, há setores que têm percebido a novidade gestada pelos próprios excluídos e, não raro, buscam apoiar as iniciativas que emergem a partir das contradições do processo de exclusão social.

Mas, concretamente, que iniciativas são essas? Há, hoje, no País, tanto na área rural como na urbana, inúmeras iniciativas grupais buscando reverter a situação em que se encontram. São os grupos que lutam pela melhoria da produção, por terra para produzir, por condições de comercializar, por recursos públicos, por equilíbrio agroecológico, por melhoria da infra-estrutura, por melhores condições de trabalho, por diminuição de acidentes de trabalho, por novas frentes de emprego, por melhores salários, por condições adequadas de trabalho, por melhor aplicação das verbas públicas, por saneamento básico, por melhores condições de saúde, por uma política que combata a discriminação racial, sexual e cultural, por proteção à infância, por qualificação técnico-profissional. Enfim, uma diversidade imensa de situações vivenciadas, que aglutinam pessoas e geram formas, as mais criativas, de enfrentamento, no microespaço.

Essas iniciativas têm contribuído, concretamente, para impedir que o processo de exclusão dos bens socialmente produzidos tenha um efeito mais devastador. Elas, justamente por se situarem no microespaço social, não têm força para reverter radicalmente o processo de exclusão. Entretanto, o aniquilamento que este provoca — e na história temos evidências exaustivas disso — tem sido retardado. Esses grupos têm conseguido, mesmo que não na proporção necessária e desejável, acesso mínimo aos bens que o conjunto da sociedade produz.

Alternativas. Muitas dessas iniciativas surgiram a partir do esforço de um agente externo, quer das igrejas quer de outras organizações comprometidas em reverter, por processos distintos, o quadro de exclusão social. Outras são resultantes da informação sobre esse fenômeno e não necessariamente contam com agente externo. Em todas elas o papel deste tem sofrido mudanças significativas, em muitos casos com tensões bastante sérias.

Há nestas experiências alguns valores que são fundamentais para

a construção de uma sociedade. O estar em grupo para enfrentamento da situação específica, é um valor que precisa ser ressaltado. Em grupo as pessoas se ajudam mutuamente, trocam experiências e conhecimentos, superam a autoimagem negativa ao perceberem que a questão não é individual, têm mais ânimo para enfrentar as dificuldades, rompendo o isolamento.

O formular de alternativas, inimagináveis para aqueles que discutem em termos macrosociais, parece ser outro valor que estas experiências apontam. Elas se esforçam em buscar alternativas e apresentam uma diversificação surpreendente de propostas concretas a partir dos recursos locais. Isso faz com que haja um maior aproveitamento de recursos, resultados garantidos, respeito à cultura da região, atuação concreta a partir das realidades regionais e locais e maior preocupação com a situação da região.

A abertura para novas iniciativas é, também, um valor que merece destaque. A presença do agente externo, a circulação de informações, a aquisição de novos

MOVIMENTOS SOCIAIS, A DIMENSÃO DA CRISE

Dimensões e formas de expressões diversas nos movimentos sociais:

a) Visão não-totalitária de luta, quando a unidade é relativa à construção de um "coletivo possível" e as conquistas e vitórias são quase sempre referentes ao móvel específico do "conflito".

b) Construção de projetos políticos, a curto prazo, nos quais o papel dos atores assim como a trama dos conflitos, definem-se nos limites da experiência.

c) Conjunção de valores de caráter objetivo, porém relativos ao cotidiano da moradia, no que diz respeito às condições e à qualidade de vida; ou mesmo de caráter político subjetivo, quando a participação, a cidadania e o reconhecimento pessoal-social assumem o núcleo central das mobilizações.

d) Relações de poder que nem sempre se contrapõem às esferas do poder instituído.

Com estas observações afirma-se que os movimentos sociais apenas explicitam a crise, já inerente à modernidade.

Fonte: Artigo de Glória Diógenes, in: *Novos Paradigmas e Realidade Brasileira*, Universidade Federal do Pará, Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Belém, 1993.

IDENTIDADES DAS EXPERIÊNCIAS

Passados mais de dez anos, diante de um quadro de fragmentação, descontinuidade e esgotamento de muitas dessas experiências, perdura a questão do significado. Teriam elas, no lugar de constituir novas identidades coletivas, malgrado em razão dos seus limites estruturais e da reentrada em cena das instituições políticas tradicionais? Ou, de algum modo, deixam referências e focos de energia para uma lenta recomposição do tecido social, numa época de aprofundamento dos processos de desorganização e segregação? Em que medida essas experiências geram disposições culturais novas, na direção de uma consciência e uma prática cidadãs?

A questão parece ainda ganhar relevo diante do refluxo dos grandes movimentos e da crise dos modelos estratégicos de transformação macroestrutural, que as forças de esquerda imaginavam um dia acionar, valendo-se precisamente do potencial acumulado pelo conjunto dos movimentos populares.

Fonte: Artigo de Luiz Inácio Gaiger, in: Cadernos do CEAS nº 157, maio/junho de 1995, p.19.

equipamentos, o domínio de técnicas são fatores que contribuem para que os grupos estejam dispostos a experimentar e criar iniciativas. Nesta direção, outro valor é abertura à formação, tanto técnico-profissional como sociopolítica. É com disposição e prazer que as pessoas que estão desenvolvendo essas experiências no microespaço social participam de cursos, seminários, encontros e outras atividades de formação.

Novas relações. Tais experiências expressam, ainda como valor, uma nova relação com o poder público local, muitas vezes não captada pelo mesmo poder. Para essas pessoas não funciona mais o clientelismo e o populismo. Elas se tornam mais exigentes e têm maior clareza sobre seus direitos. Rompem com o medo e com o isolamento, partindo para o enfrentamento, quando necessário, e para a negociação, quando possível. Ainda é comum o poder público local tentar cooptar alguns quadros, desqualificar outros, e reprimir, quando não consegue dobrar por outros meios. Mas esses grupos têm encontrado alternativas capazes de reverter tal quadro. É signifi-

ficativo o fato de a Câmara de Vereadores de um município no interior da Bahia que não se reunia por falta de quorum, ter, agora, uma frequência total, com medo dos grupos locais que começaram a pressionar os faltosos.

Por fim, o valor mais caro, que é o do reconhecimento de sua dignidade. É surpreendente como essas pessoas acreditam no que fazem, se mostram como pessoas de valor, levantam a cabeça e têm prazer em falar o próprio nome. Não são mais os pobres coitados, mas aqueles que lutam e, por isso, têm fé na vida. Isso se expressa no maior cuidado com o próprio corpo, na busca do prazer, na afirmação da própria crença.

Articulação. Ao ressaltar todos esses valores, não estou querendo passar a imagem de que a virtude está no que é pequeno. Ao contrário, o grande mérito de tais iniciativas é que se abrem para formas de organização mais amplas, como os sindicatos, os fóruns, as cooperativas, os conselhos, os movimentos diversos, as centrais, as campanhas, os gritos, e outros. E, em minha opinião, somente nesta perspectiva é que elas se fortale-

cem e ganham outra dimensão. É na articulação do micro com o macro, do específico com o geral, do particular com o universal, a partir das tensões dialéticas provocadas por essa articulação, que se pode vislumbrar a perspectiva de construção de uma nova sociedade.

Para isso, torna-se fundamental um eixo articulador de todo esse processo, que parece estar sendo formulado na proposta de construção da cidadania ativa. Este eixo não pode se resumir a uma palavra de ordem, ou, a um *slogan* vazio de significado e de significação. É importante que ele seja um eixo articulador de práticas e de sistematizações que se estão construindo, apesar da adversidade. Neste sentido, além de teorizar sobre a cidadania, é fundamental que se teorize sobre as práticas que se realizam, ou podem vir a se realizar, nessa direção. Em que medida ditas práticas se tornam, efetivamente, uma luta contra a exclusão social? O que elas apontam na direção da cidadania ativa? Trata-se de experiência isolada, geográfica e/ou socialmente, ou, uma experiência que mobiliza emoções e sentimentos, que articula níveis diferenciados da realidade social, que aponta alternativas e protagonistas, que supera limites e amplia possibilidades?

Tentei, aqui, fazer algumas observações que possam contribuir para preparar respostas a essas questões. Creio que a cidadania ativa, como eixo articulador, impulsiona um movimento que é posto em ação quando se reflete sobre aquilo que é feito, numa dimensão relacional e prospectiva. E este é o desafio que temos que enfrentar.

Paulo R. C. Lopes é pesquisador do Centro de Estatística Religiosa e Investigações Sociais (Ceris).

PROJETOS ALTERNATIVOS COMUNITÁRIOS NA RECONSTRUÇÃO DO TECIDO SOCIAL

Eliana Rolemberg

A reconstrução do tecido social a partir de baixo, de ações do cotidiano, tem possibilitado a acumulação de forças e experiências, a articulação de pequenas iniciativas integrando gêneros, etnias, segmentos diversos do campo e da cidade, em função da satisfação de necessidades coletivas

Em tempos difíceis, quando os sintomas de crise se fazem sentir em toda a sua intensidade, é comum ouvir dizer que o povo está desmobilizado, que existe perda de esperança e de perspectivas.

Para a Coordenadoria Ecumênica de Serviço (Cese), essa afirmativa não tem fundamento na realidade brasileira. Desde que nasceu, em 1972, a Cese vem assistindo a momentos de extrema complexidade, mas, mesmo nesses momentos, só tem testemunhado a persistência dos grupos populares na busca de formas alternativas de enfrentamento, a criatividade diante de situações-limite, seja por motivos econômicos — de sobrevivência — seja pela ameaça de perda de valores como a ética, o respeito, a solidariedade, a dignidade.

Um trabalho assumido coletivamente traz, em geral, resultados bastante significativos, mesmo que não implique em melhoria econômica, pois o fator educativo na realização de um projeto comunitário é fundamental para o crescimento do grupo e para a solidificação de valores básicos, necessários à construção da cidadania.

O pequeno projeto comunitário favorece a conscientização do poder oriundo das ações pensadas e desenvolvidas em conjunto. Essas experiências apontam a necessidade da mobilização como forma de garantir conquistas. Também o inverso pode ocorrer, quando um pequeno projeto busca assegurar as conquistas, oferecendo possibilidades efetivas de continuidade dos trabalhos e do grupo como tal.

A preservação do espaço coletivo se impõe como meio de sobrevivência do grupo e de cada um, como lugar de troca e de alimento na batalha para a solução dos problemas.

Suporte democrático. As iniciativas comunitárias funcionam como suporte, no âmbito micro, valorizando os trabalhos localizados, municipais, fundamentais ao fortalecimento de ações no âmbito macro, de intervenção nas políticas públicas.

O exercício da democracia, a construção de alternativas que podem propiciar a retomada da confiança no poder popular — ou começam do pequeno, local, do núcleo de convivência mais imediato e conformam a base para que projetos mais amplos e abrangentes



Ines Sanz Soto / Cese

Comunidade de Frechal, Mirinzal/MA

se afirmem — ou exigem a volta às bases, quando a proposta mais ampla se vê ameaçada, apresenta rachaduras por falta de sustentação.

Esse exercício democrático implica na compreensão prática do poder, enquanto capacidade de decidir, propor, negociar, gerir, executar e afirmar, socialmente, valores que são assumidos como essência para o grupo. Implica, também, na capacidade de representação dos interesses do grupo ao qual pertence.

A partir dessa abordagem, fica evidente que os pequenos projetos alternativos comunitários não podem ser vistos apenas como ações

meios disponíveis, os recursos complementares necessários, a distribuição de tarefas, a administração; prevê momentos para revisão coletiva, assume a prática da avaliação e da sistematização em suas dimensões educativa e política.

O êxito de um pequeno projeto, na perspectiva popular, depende da capacidade efetiva de decisão e de intervenção que tenham os setores excluídos para fazer valer os interesses e a lógica das maiorias.

Consciência cidadã. Um projeto alternativo comunitário — seja ele: econômico, social, cultural,

exclusão social, falta de prioridade às políticas sociais, descrédito popular nas instituições responsáveis pela justiça no País, não passa despercebida a presença e força dos miniprojetos, de iniciativa dos grupos populares, na construção de uma consciência cidadã.

É interessante notar que agentes populares, historicamente reconhecidos — operários, camponeses, estudantes —, são acrescentados de outros, com grande sentido de contemporaneidade, como: meninos e meninas de rua, sem-terra, sem-teto, entre outros, que se agrupam em movimentos específicos e se articulam, formando redes de solidariedade e dignidade.

ATUAÇÃO DE AÇÕES DO COTIDIANO

São ações do cotidiano que podem reduzir situações como a que foi relatada recentemente pelo Banco Mundial, colocando o Brasil em último lugar — o pior quanto à distribuição de renda — a qual projetou o País nos noticiários e provocou reações dolorosas entre as elites. Desde a década de 1940, o IBGE publica análises cuidadosas sobre o assunto e especialistas vêm dedicando-se ao estudo sistemático de nossa concentração de renda.

No Brasil, sempre se seguiu a rotina de privilegiar os privilegiados, sem tentativas frutíferas de intervenção programada na distribuição de renda. Mantém-se níveis salariais os mais baixos possíveis, como desvalorização brutal do trabalho e intensa exclusão social. Com isso, atribuem-se aos pobres os custos de sua reprodução. O trabalhador superexplorado gera outros trabalhadores na mesma condição e o miserável multiplica o número de miseráveis.

O subdesenvolvimento, em suma, tem alimentado o desenvolvimento. Esse paradoxo só desaparecerá quando os de baixo lutarem organizadamente contra a espoliação, exigindo transformações profundas na política econômica, nas funções do Estado e na estrutura da sociedade de classes.

Fonte: Último artigo produzido por Florestan Fernandes, antes de sua recente morte, para a Folha de São Paulo do dia 11/8/95.

econômicas com vistas à garantia de condições de sobrevivência. Várias questões se entrelaçam quando o poder e a ética são pressupostos do projeto comunitário, para que a ação não se esgote numa proposta pontual, que pode fracassar no momento seguinte. O conhecimento, o saber, são elementos presentes quando o grupo decide formular um projeto, analisa as condições de realização, os

religioso, político — pode ser uma fonte privilegiada de aprendizado no sentido de construção permanente do “novo” e de resgate da memória, visando condições de vida com dignidade e participação nos processos de mudança.

Considerando o momento atual brasileiro, os desafios apontados pela reforma da Constituição, as consequências da política econômica neoliberal, com aumento da

Questões. No entanto, há grandes desafios a serem enfrentados pelo conjunto dos movimentos para que se estabeleçam como força ativa e propositiva de poder.

No plano local, as iniciativas de participação e de definição de políticas setoriais vêm exigindo uma permanente demanda em formação e capacitação (técnica, política, administrativa), correspondente às conquistas até aqui alcançadas de espaços políticos para intervenção dos movimentos. Os riscos de cooptação pelo poder dominante e de legitimação das instâncias participativas representam ainda uma ameaça concreta à prática política das organizações populares.

Outro grande desafio está na combinação do específico, do local, do cotidiano, como uma estratégia mais global de transformação. Existe sempre o risco de pequenas alternativas restringirem-se ao local, ao particular e não desenvolverem a necessária capacidade de multiplicação e de abrangência. Acabam propiciando melhoria de condições de vida para um pequeno grupo o qual se isola e se beneficia de privilégios de uma situação que se distancia dos



Ines Sanz Soto / Cese

Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Valente/BA

outros grupos populares, dos quais esse pequeno grupo esteve muito próximo.

O local, o descentralizado, são fundamentais como base de sustentação do regional, do nacional, do global e quando isso não ocorre, perde grande parte de seu significado.

As organizações locais, os movimentos específicos, as comunidades constituem um meio importante de reconstrução do tecido social. É imprescindível atuar no sentido de que as demandas específicas sejam orientadas para o conjunto e não se diluam.

Concepção e prática ecumênica. No Brasil, várias igrejas têm afirmado, através de sua prática conjunta, uma concepção ecumênica condizente com tal preocupação, valorizando e reforçando iniciativas populares.

No documento resultante do Encontro-Consulta sobre a ajuda intereclesial para o Norte-Nordeste do Brasil, em Salvador, Bahia: Colaboração em Projetos de Ação Social, a Cese salienta que "as populações estão imersas numa realidade em que se estabelecem, entre grupos e classes, relações dentro de uma ordem social frequentemente injusta". Com

APOIO PARA SEMENTES BROTAREM

Há 22 anos a Cese optou por uma política de ajuda que privilegia pequenas iniciativas, entendendo que os recursos destinados a elas podem ser administrados pelos próprios grupos locais, sem gerar desperdício e criar dependência, além de funcionar como complemento ao esforço da própria comunidade. O apoio a essas iniciativas tem sido caracterizado como semente, que se espera possa brotar, crescer, e multiplicar seu campo de abrangência, atingindo grupos circunvizinhos que, de início, não estavam previstos.

Fonte: Arquivo da Cese.

base nessa análise, decide, há 22 anos, dirigir seu apoio, prioritariamente, "àqueles grupos que, dentro desta ordem, estão submetidos às mais agudas entre as múltiplas formas de pressão e marginalização existentes". Vale ressaltar dois objetivos básicos nessa definição de prioridades:

1. *Favorecer projetos que tenham melhorado essas relações, a*

partir do âmbito de localização ou de ação (influência) dos projetos, como etapas possíveis de um processo maior de mudanças, que conduzam a novas formas estruturais numa ordem social mais humana;

2. *Dentro desse objetivo maior, toda ação da Cese deve ter como princípio geral que as populações envolvidas nos projetos assumam seu papel de sujeito do processo, o que implica numa visão crítica do mundo, a partir do conhecimento da realidade.*

Diversidades. Os pequenos projetos funcionam, também, como espaço de encontro e vivência da pluralidade, onde atividades conjuntas estão acima das diferenças, em razão de objetivos comuns.

As igrejas que assumem essa concepção, saem dos espaços "oficiais" para integrarem-se com os movimentos populares. Nas comunidades, encontram questionamentos, alimentos de fé e de esperança, exemplos de partilha.

Essa opção — de luteranos, metodistas, presbiterianos unidos, presbiterianos independentes, episcopais anglicanos, católicos e outros — pelos pequenos projetos, pela valorização do micro, como garantia do macro sustentável, tem sido seguida por várias agências ecumênicas, que na cooperação internacional refletem e apóiam essa visão.

Não há caminho certo quando faltam pés firmes para trilhá-lo. As raízes das árvores que se erguem por esse caminho oferecem segurança aos passantes, que podem desfrutar da sombra, do verde, dos frutos, que garantem o repouso, a reflexão, o prazer e o alimento.

Eliana Rolemberg é coordenadora de programas e projetos da Cese.

EXPERIÊNCIAS QUE PROMOVEM A VIDA

Múltiplas formas de organização popular resultantes de atividades concretas, realizadas em nível microsocial possuem uma dimensão culturalmente inovadora. São possuidoras de potencial de transformação de um tecido social injusto e segregador. Seleccionamos seis microexperiências, de diversas regiões do Brasil, que podem indicar sinais de esperança, de construção de um novo tempo

SOCIEDADE MARANHENSE DE DEFESA DOS DIREITOS HUMANOS VIDA DE NEGRO

Inés Sanz Soto

O Projeto Vida de Negro (PVN) teve início em 1988, a partir do I Encontro de Comunidades Negras Rurais do Maranhão, realizado em 1986 e promovido pelo Centro de Cultura Negra do Maranhão (CCN). Antes do Encontro, membros do CCN haviam visitado diferentes comunidades rurais e constataram a necessidade de elaborar um projeto nessa área. O Projeto Vida de Negro foi organizado em conjunto com a Sociedade Maranhense de Defesa dos Direitos Humanos, e é constituído por uma equipe de dez pessoas.

Inicialmente foram identificadas aproximadamente quatrocentas comunidades negras em todo o Estado do Maranhão. Na pesquisa realizada, levantou-se a situação das terras, as manifestações culturais e religiosas, a realidade econômica... O Estado do Maranhão tem uma grande predominância de negros (75%), principalmente nas zonas rurais e nos bairros periféricos da capital.

Esse trabalho foi completado com um levantamento, em arquivo público, da situação jurídica das terras.

Terra do Quilombo. Como campo especial de trabalho foi escolhi-

da a Comunidade de Frechal, no Município de Mirinzal, para usar o direito prescrito na Constituição Brasileira que assegura aos descendentes das comunidades de quilombos que estão ocupando as terras, o reconhecimento da propriedade definitiva. Sabendo-se que algumas das pessoas são netas de escravos, trabalhou-se com a história oral da comunidade e as informações obtidas eram confrontadas com a documentação disponível nos arquivos públicos.

A obtenção do título de Reserva Extrativista para a comunidade de Frechal, foi outorgada em 1992.

Para a tramitação do processo a Associação de Moradores de Frechal, representando a comunidade, apresentou, à Procuradoria Geral da República, uma série de documentos: censo das famílias; levantamento das condições de vida; descrição da região; planta da comunidade; croqui do conjunto do município de Mirinzal e da aldeia de Frechal e álbum fotográfico do lugar; certidão dos Arquivos e Bibliotecas sobre a autenticidade dos documentos que se anexaram à pesquisa; declaração da Paróquia, da Cáritas Brasileira, da CPT e do Sindicato de Traba-



Inés Sanz Soto / Cese

lhadores Rurais de Frechal confirmando a existência da comunidade há mais de cem anos.

Cadeia sucessória. O importante era saber a cadeia sucessória dos proprietários da terra, até chegar à Sesmaria, que no caso de Frechal é de 1792. A Sesmaria legitimou a terra para Manuel Coelho de Souza, primeiro português proprietário da área. Por intermédio de um inventário da fazenda, feito em 1848, foi possível saber que algumas etnias (mandinga, cabinda, benguela,...) foram introduzidas em Frechal.

A cadeia sucessória tem uma in-

aos negros por terem estes salvo a fazenda de uma hipoteca, com os benefícios da duplicação voluntária da produção de cana de açúcar.

A chegada de Tomaz Mello Cruz na década de 1970 provocou graves conflitos na comunidade: impediu a construção de novas casas e o cultivo agrícola; ameaçou de expulsão; derrubou palmeiras de babaçu; desmatou, reduzindo-se significativamente a caça, entre outras tantas agressões.

Terra de negro. É interessante assinalar que a denominação de “comunidade negra” se contrapõe à de “terra de negro” utilizada pelos

Cada família dispõe, em média, de cinco tarefas (medida agrária) de terra para trabalhar, praticando agricultura de subsistência.

Na comunidade há diversas manifestações culturais. Entre elas se destaca: o “Tambor de Crioula”, transmitido através de gerações; a “Dança do Congo”, que, mesmo tendo sido introduzida recentemente, se constitui numa importante forma de representação do grupo; o “Tamborino”; o “Tambor de Mina”...

A transformação da área em reserva extrativista não significa excluir os elementos culturais, senão garantir as importantes reservas naturais da área: matas, reservas hídricas, babaçu, etc. reafirmando a importância do território para a identidade do grupo.

Caso pioneiro. Frechal é o primeiro caso no Brasil, de reconhecimento do direito à terra aos descendentes das comunidades de quilombos, servindo de exemplo para outras áreas do País. Por meio de ações, como as desenvolvidas no Maranhão, vai-se formando a consciência de que o fortalecimento da sociedade

brasileira também se constrói através da luta das populações excluídas.

Trabalha-se atualmente a região de Gurupi, que não foi pesquisada na primeira etapa.

Diversas entidades têm apoiado este projeto, em fases sucessivas, tais como a Fundação Ford, a Oxfam e a Cese.

Inés Sanz Soto, colaboradora da Coordenação Ecumênica de Serviço (Cese).

ESCRAVIDÃO

Não existem dados fidedignos sobre a época em que chegaram os primeiros escravos ao Brasil; costuma-se situá-la por volta de 1530/1540. No Maranhão, estima-se que em 1611 já havia negros. Também é difícil precisar quantos foram introduzidos em todo o País. Há cálculos tão disparatados que indicam cifras entre 3 e 18 milhões. A maior parte da documentação oficial e das alfândegas foi queimada. Em 1851 se proíbe o tráfico de escravos e começa o comércio clandestino.

Fonte: Arquivo da Cese.



Inés Sanz Soto / Cese

terrupção inexplicável. Em 1930 aconteceu um litígio entre os herdeiros e novamente se tem dificuldades em acompanhar a sucessão quando a propriedade passa para Tomaz de Mello Cruz. Os cartórios se negam a dar certificados, e, posteriormente concederam certidões negativas da posse da terra. A comunidade contesta quem seria o dono das terras, diante da promessa feita por José Júnior Coelho de Souza, em 1888, de que não se venderia a terra em agradecimento

próprios habitantes e pela população vizinha, sendo um reconhecimento externo da identidade e da territorialidade do grupo.

Frechal era uma fazenda onde funcionava um engenho de açúcar e aguardente. Durante a época da escravidão os negros fugiam para regiões próximas, formando quilombos. O engenho funcionou até, aproximadamente, 1938.

Atualmente, a população de Frechal é constituída por aproximadamente quatrocentas pessoas.

SINDICATO DOS TRABALHADORES RURAIS DE VALENTE EDUCAÇÃO SINDICAL E MOBILIZAÇÃO

Inés Sanz Soto

A primeira referência de “sindicato” para a população de Valente (Bahia) surgiu em 1971. Os políticos e latifundiários distribuíram feijão anotando o nome das pessoas e diziam que estavam filiando-as ao “sindicato”.

Com a chegada de um padre da Igreja Católica a Valente e o trabalho das comunidades de base, se começou a descobrir o que realmente é um sindicato. O Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Valente seria fundado em 1978. Atualmente está formado por uma diretoria de 21 pessoas e conta com 1.200 sócios em dia com a contribuição sindical.

O sindicato atua em todo o município de Valente, estendendo-se por 42 povoados. Valente está situado no semi-árido baiano. O período de chuvas normalmente é de dezembro a março.

Trabalhadores de sisal. A região é produtora de sisal e praticamente toda a atividade econômica gira em torno dele. O sisal foi introduzido na década de 1930, como um meio de cerca para o gado.

Há aproximadamente vinte anos, os motores para o desfibramento da palma de sisal pertenciam aos fazendeiros, que depois preferiram trabalhar só com as bateadeiras, vendendo os motores. Alguns trabalhadores, geralmente em grupos de dois, compraram esses motores e passaram a executar essa tarefa. É uma atividade que requer um mínimo de cinco a oito pessoas.



Inés Sanz Soto / Cese



Inés Sanz Soto / Cese

O proprietário do motor estabelece um acordo com o dono da terra e da plantação da palma, e se encarrega de cortá-la e transformá-la em fibra. Do total da venda da produção, 30% é para o proprietário da terra e o restante para o dono do motor que paga o combustível e os trabalhadores que o ajudaram.

Geralmente, a mulher corta a palma e as crianças a transportam até o motor onde os homens a convertem em fibra, que em seguida é estendida para secar. Posteriormente se leva a fibra à bateadeira para alisá-la e prepará-la para a venda.

Por essas tarefas os homens recebem uma quantia pequena por semana, e, as mulheres, menos da metade. Na maioria dos casos, o trabalho das crianças é utilizado pelos pais como complemento da produção familiar.

No município de Valente existem dezenove bateadeiras. Praticamente a totalidade dos sócios do sindicato são membros da Associação de Pequenos Agricultores do Estado da Bahia (Apaeb), que dispõe de uma bateadeira própria e compra a produção dos sócios a um preço melhor do que o oferecido por outros, o que cria uma articulação dos trabalhadores diante do mercado.

Não existindo fábrica nas proximidades, o que não se exporta por intermédio da Apaeb é enviado a Salvador, Paraíba e São Paulo para a fabricação, principalmente, de fio, cordão e papel.

A fibra de sisal tinha uma alta cotação no mercado e a região se converteu num importante pólo produtor. Mas com a queda do preço, as pessoas estão deixando de cuidar da cepa e de plantar. Há vinte anos havia muitos motores funcionando, vinham pessoas de outras regiões para trabalhar tanto nos motores como no campo. Atualmente, os fazendeiros estão

preferindo substituir o sisal por pasto para a criação de gado.

É importante destacar o número elevado de mutilados entre os trabalhadores da região por causa do manejo do motor. Estima-se que mil pessoas perderam os dedos ou a mão. Uma grande vitória do sindicato foi conseguir a aposentadoria atencipada dessas pessoas. A princípio, a Previdência Social se negava a conceder-lhes a aposentadoria, alegando que isso só seria possível se lhes faltassem os dois braços, propondo que trabalhassem em ocupações inexistentes no meio rural. Finalmente o sindicato venceu.

Trabalho do sindicato. Por meio da realização de seminários com a participação de todas as associações e grupos do município, o sindicato mostra seu trabalho e busca aumentar o número de associados.

A diretoria do sindicato prepara os seminários juntamente com uma comissão criada com essa finalidade. Elaboram-se questionários que são enviados às comunidades para que elas respondam de acordo com a realidade de cada uma. Com os dados obtidos, se or-

ganizam os seminários. Os temas desenvolvidos foram: Dívida Externa, Reforma Agrária, Constituição, Saúde e Previdência, e Saúde da Mulher. Esses encontros também servem para a mobilização nos dias de celebrações, em particular o Primeiro de Maio — Dia Internacional do Trabalhador; e o 8 de Março — Dia Internacional da Mulher.

Algumas lutas deram resultado por meio da articulação e das propostas originadas nos encontros e seminários. Das diversas mobilizações, podemos citar, como exemplo: a manifestação em Valente sobre a defesa do sisal, que reuniu 3.000 pessoas, e, em Salvador, em 1989, 10.000 pessoas reivindicaram assistência para a região.

São atitudes como essas que nos levam a acreditar na possibilidade de reconstruirmos a sociedade brasileira e garantirmos a cidadania a todos. A Cese tem apoiado essa iniciativa.

Inés Sanz Soto, colaboradora da Coordenação Ecumênica de Serviço (Cese).



CUÍRA, termo originário do tupi-guarani, significa inquietação. CUÍRA é uma publicação bimestral do Instituto Universidade Popular (Unipop)

Av. Senador Lemos, 557
Belém, Pará
CEP 66055-000

PEQUENA OUSADA INICIATIVA NO NORTE DO PAÍS

Elias Araújo, João Cláudio Arroyo Tupinambá e Rosa Marga Rothe

O Instituto Universidade Popular, popularmente conhecido por "Unipop", existe em Belém, desde 1987, e constitui uma iniciativa de educação experimental para a cidadania, partindo de três abordagens específicas — a socio-política; a teológico-ecumênica e a lúdico-teatral. Pessoas engajadas nos movimentos ecumênico, pastoral, popular e sindical; nos partidos políticos; em organizações de mulheres, de negros, de portadores de deficiência física; participantes dos movimentos sociais em geral e das assim chamadas "minorias" são o público-alvo da Unipop. Por intermédio de cursos, seminários, oficinas e palestras, o instituto vem contribuindo significativamente na capacitação de agentes multiplicadores e exercitando o convívio plural e ecumênico.

A pluralidade é uma das características fundamentais da Unipop e nem poderia ser diferente, visto que, na concretização de sua institucionalização, como personalidade jurídica, ela foi assumida por um conjunto de quinze instituições, entre as quais: a CUT e a CPT, como entidades regionais; algumas igrejas e organizações locais; e instituições de ensino e pesquisa. Além das entidades que compõem o Conselho de Representantes, outras organizações e até mesmo instituições governamentais passaram a solicitar vagas, cursos e assessorias.

FORMAÇÃO SOCIOPOLÍTICA

Todos os anos, durante três meses do primeiro semestre, a Unipop realiza o Curso Básico de Forma-

ção Política. Aí os participantes têm oportunidade de identificar, partilhar e problematizar a prática vivenciada nas organizações de base; fazer a contextualização histórica dos movimentos sociais; abordar temáticas como, por exemplo, Políticas Públicas e Cidadania, Reforma Urbana e Plano Diretor, Orçamento Público e Participação Popular; Análise de Conjuntura; Sistematização da Prática; e Planejamento Estratégico.

Uma das modalidades pedagógicas de grande aceitação são as oficinas, nas quais os/as participantes aprendem predominantemente por meio de exercícios práticos, durante um período que pode variar de uma a quatro semanas. As temáticas são determinadas pela demanda explicitada ou pelas carências que vão sendo detectadas na prática cotidiana. Uma das oficinas sempre solicitadas é a de "Como fazer análise de conjuntura", bem como a de Recursos Didáticos.

ROMPENDO OS LIMITES DO ECUMENISMO

Outro aspecto inusitado, e até então impensável no Norte do Brasil, é o caráter ecumênico desde o processo de sua "gestação". Inicialmente o ecumenismo se limitava aos segmentos mais abertos de algumas das igrejas históricas. Durante oito anos seguidos, o Curso Ecumênico de Teologia Popular foi atraindo pessoas das mais diversas igrejas, com ou sem o apoio delas. Alguns dos seminários, promovidos anualmente com pessoas ilustres de outros estados, sempre

em fins de semana, dirigidos para lideranças das igrejas, professores e estudiosos superaram as expectativas mais otimistas, ampliando o espectro ecumênico.

Numa parceria com KOINONIA Presença Ecumênica e Serviço, expusemos a dificuldade do intercâmbio ecumênico no extremo norte, num país concebido a partir do eixo sudeste e lançamos o desafio de juntos buscarmos a ousadia e as condições para romper com esses limites. Os primeiros frutos já estão aparecendo. Em 1994 realizamos o seminário sobre a responsabilidade ética de cristãos diante do processo eleitoral. Dele resultou a publicação de uma cartilha de boa aceitação. Além disso o Pará participou com onze pessoas — três das quais ex-cursistas da Unipop — na Primeira Jornada Ecumênica. Em maio deste ano realizamos com KOINONIA o Seminário de Iniciação Ecumênica que contou com cinquenta participantes de onze igrejas e dois movimentos sendo que metade vinha das igrejas históricas e outra das pentecostais.

IR AONDE O POVO ESTÁ

Arte—educação é um tipo de formação que a Unipop desenvolve para atender a demandas de dinamização lúdica, ao mesmo tempo que envolve jovens das mais diferentes procedências, capacitando-os para assumirem essas tarefas. A atividade teatral já conquistou muita simpatia e alguns prêmios, por meio da produção de espetáculos de rua sobre temas polêmicos como: educação escolar, familiar,

machismo, racismo, prostituição infantil, drogas, desemprego, sufoco urbano, ou seja, o cotidiano das relações na cidade.

Utilizando o porão adaptado de sua sede, a Unipop produz e realiza espetáculos, cursos e oficinas além de formar novos profissionais, por meio do Curso de Iniciação Teatral. O Grupo de Teatro da Unipop, composto por ex-alunos, vai para as praças levar o teatro como uma das possibilidades de educação para a cidadania. Atualmente já temos quatro espetáculos diferentes prontos para apresentação e nove dos ex-alunos já atuam como arte-educadores, aprovados por seleção, em instituições governamentais e ONGs.

UNIR PARA FORTALECER

Por intermédio da Linha de Ação Relações Interinstitucionais, a Unipop vem trabalhando em conjunto com entidades dos movimentos sociais em Belém do Pará, Igrejas e ONGs no sentido de fortalecer as instituições da sociedade civil, especialmente no que se refere a promoção e defesa da cidadania, desenvolvimento sustentável e meio ambiente e comunicação.

Desde 1993, com o lançamento da campanha contra a fome, a Unipop participa na constituição e nas atividades da Ação da Cidadania contra a Fome, a Miséria e pela Vida, mesmo sediando o Comitê Estadual. As entidades dos movimentos comunitário e sindical passaram a reorientar suas temáticas e, a partir dessas experiências de parceria ecumênica, vêm enriquecendo suas práticas. Estamos vivenciando alguns ensaios de uma cultura democrática participativa e propositiva, em que a busca do consenso torna construtivo até mesmo o tratamento dos conflitos. As ações locais em torno de



alternativas vão desde a coleta e distribuição de alimentos, até projetos de geração de renda e de emprego. Assim, embora enfrentando dificuldades, indicamos exemplos de como podem ser as ações públicas do Estado.

A Unipop faz parte, desde 1991, do Fórum da Amazônia Oriental (FAOR), que busca alternativas para o desenvolvimento sustentável e a preservação do meio ambiente. Além da realização de sua primeira conferência, parte agora para a edição de um jornal que busca dar informações e estimular o debate em torno de propostas para a Amazônia.

COMUNICAÇÃO COMO TAREFA EDUCATIVA

A questão da comunicação é uma das nossas preocupações, por ter sido esta um dos principais caminhos da educação real que se processa em larga escala no Brasil. Esta preocupação está presente desde o início com a criação dos Cadernos de Formação, editados a partir da produção de educandos e educadores. Logo em seguida foi criada a revista *CUÍRA* ("inquietação" em tupi-guarani), que hoje está nas bancas e circula em quatro capitais da Amazônia. Uma articulação recente entre iniciativas e profissionais de comunicação comprometidos com a cidadania

deverá culminar com o I Encontro Jornalismo e Cidadania na Amazônia, em Belém.

A despeito das dificuldades, estamos empenhados em garantir a produção da revista, porque *CUÍRA* é a única publicação do gênero em toda a Amazônia. Buscamos, com insistência, pluralizar o estreito mercado editorial local e aprofundar temáticas que, quando abordadas pela grande imprensa, no ultra-

passam a superfície dos assuntos. Constatamos que os "formadores de opinião" dispunham de escassas informações e análises autôctones, decidimos, pois, apostar na parceria para enfrentar esse desafio. Um grupo de profissionais, reconhecidamente competentes e várias entidades já aderiram ao novo e ousado projeto de tornar *CUÍRA* uma revista que tenha impacto sobre a opinião pública.

Nos próximos dois a três anos queremos alcançar uma tiragem de cinco mil exemplares e uma periodicidade mensal, estimulando o hábito de leitura. Aumentando o número de leitores, *CUÍRA* aumentará o seu potencial de atrair anunciantes. Diminuir os custos, via patrocínios, faz parte da meta de auto-sustentação até o final do próximo triênio.

O videoteipe "A Busca de ser Cidadão", por meio do qual a Unipop se apresenta, está à disposição, tanto no original português, como nas versões: alemão e holandês. Pedidos podem ser feitos via fax (091) 225-1668, fone (091) 224-9074 ou no endereço: Av. Senador Lemos, 557. Belém 66.055.000

Elias Araújo, João Cláudio Arroyo Tupinambá e Rosa Marga Rothe, integrantes do Coletivo de Educadores da Unipop.

FANTOCHES — ARTISTAS NO TECIDO SOCIAL

Maria Helena Arrochellas

O teatro sempre se constituiu elemento de diversão, instrução e comunicação — na antiguidade o teatro de bonecos foi aclamado como o melhor meio popular de educação — e nos tempos modernos o seu alcance continua.

Em 1990, foi criado o “Projeto Teatro de Fantoques na Comunidade”, que se desenvolve nas comunidades da periferia de Petrópolis/RJ.

Esta iniciativa visa, através da atividade teatral, fornecer subsídios para desenvolver em crianças e adolescentes uma reflexão lúdica e ao mesmo tempo crítica sobre a realidade em que vivem.

O espaço do Teatro de Fanto-

ques é, então, utilizado como recurso didático e instrumento de educação de base, levantando e refletindo problemas da comunidade, suas necessidades locais e possíveis soluções.

Dinâmica da ação. Num primeiro momento selecionaram-se cinco comunidades da periferia de Petrópolis. Em seguida foram feitas visitas a essas comunidades quando se apresentou pequena peça teatral abordando, de maneira engraçada, mas objetiva, a questão da relação entre empregado e empregador.

um novo tema a ser abordado, e é discutida a melhor forma de encená-lo. Cada membro da equipe traz material de sucata encontrado na própria comunidade, para a nova representação, acrescido de material novo como cola, tinta, pincel, agulha, para confeccionar os bonecos da peça. O palco, de madeira, é feito pela própria comunidade.

Normalmente a assessoria cultural fica dois meses em cada comunidade, com encontros semanais (uma vez por semana). Após esse período, que pode se alongar dependendo das circunstâncias

A IMPORTÂNCIA DO LÚDICO

Cientes de estar convivendo num tempo em que os megaprojetos não são as únicas iniciativas significantes; diante da constatação de que cada ser humano deve ser reconhecido não como índice numérico mas como gente com nome, sobrenome, dons e limitações, fatores que os megaprojetos geralmente ignoram; cientes de que o lúdico contém elementos que possibilitam trabalhos de organização popular; o Centro Alceu Amoroso Lima para a Liberdade (Caall), resolveu investir em pequenos projetos na área cultural, de fácil realização, que contribuam para fortalecer criatividade e reflexão.

Fonte: Arquivo do Caall.



Constitui-se depois uma pequena equipe, com crianças e adolescentes da própria comunidade para trabalhar com uma animadora cultural, no sentido de desenvolver o projeto, estreitar colaboração com escolas locais, associações de moradores, creches comunitárias e outras organizações já existentes nos locais. Escolhe-se,

tais como escolha do tema, confecção dos bonecos, a peça é apresentada para toda a comunidade em dia bem festivo. Daí em diante a equipe local trabalha sozinha escolhendo outras encenações, mas podendo contar, sempre que necessário, com uma assessoria do Centro Alceu Amoroso Lima para a Liberdade (Caall).

Teia de comunicação. O Teatro de Fantoches estimula a apresentação das encenações de uma comunidade para outra, e permite assim uma discussão dos problemas comuns e a troca de experiências.

Como intercâmbio foi realizado um seminário, em 1994, sobre Teatro de Fantoches quando diversas pessoas que trabalham, profissionalmente, nessa área estiveram reunidas durante um final de semana com as diversas equipes para troca de experiências e aperfeiçoamento da técnica de confecção de bonecos.

Até hoje o projeto contemplou quatorze comunidades, envolveu 450 crianças, adolescentes e também adultos sensibilizados pela arte teatral e que não tinham, até então, conseguido espaço onde pudessem desenvolver suas aptidões.

Na comunidade "Morro da Oficina", a equipe, juntamente com o pessoal da Associação dos Moradores, está trabalhando um texto que vai resgatar a história do lugar, desde o início da ocupação, o porquê do nome "Morro da Oficina", e como foi a organização da Associação dos Moradores. A equipe está entrevistando moradores antigos e querem, depois de encenada a peça, deixar toda a documentação obtida arquivada na sede da associação como memória de suas lutas por melhores condições de vida e de incentivo a continuarem batalhando por seus direitos de cidadania.

O teatro de fantoches, com toda a riqueza artística que contém, possibilitando a expressão dos sentimentos e anseios populares, tem mostrado nas periferias de Petrópolis, como se vai tecendo, através de pequenas iniciativas, uma nova rede social na região.

Maria Helena Arrochellas, coordenadora do Centro Alceu Amoroso Lima para a Liberdade (Caall), Petrópolis, Rio de Janeiro.

SECA NO CEARÁ

Elio Raymundo Moreira

A Comissão de Seca do Município de Beberibe no Ceará é composta de representantes de comunidades e foi eleita por eles durante uma assembléia. São quatro pessoas, em contato permanente com as comunidades. O objetivo é encaminhar, no município, as reivindicações e propostas de combate à seca, com a criação de um programa permanente de discussão por localidade, com levantamento detalhado da situação, das iniciativas e propostas.

Para execução do trabalho indicado pela Comissão eram necessários inicialmente recursos para combustível, para as viagens (4 viagens a cada uma das 3 áreas, num total de 12 viagens); e para alimentação durante essas viagens, além de material para registro das informações colhidas nas atividades desenvolvidas nas comunidades (compra de filmes, revelação, cópias, papel, e outros). Havia a contrapartida das comunidades quanto à alimentação e ao deslocamento de seus representantes para reuniões futuras.

A Comissão da Seca conseguiu, levantar recursos locais que representaram cerca de 54,5% do montante aprovado pelo Fundo de Apoio a Miniprojetos do Ceris.

Marcas da caminhada. O contato direto com as comunidades, através das viagens, foi significativo para o trabalho da Comissão. As viagens efetuadas representaram fator importante na programação prevista. Sem elas, talvez, alguns dos resultados verificados não pudessem ocorrer, pois esses dependiam muito de uma presença efetiva e participativa dos componen-

tes da Comissão em momentos muito decisivos da proposta de trabalho.

Destaca-se como principais conquistas:

- Prática de encontros com representantes de comunidades (e, anterior a esta, um processo de organização comunitária que elege seus representantes), o que expressa certo nível de organização comunitária e de articulação intercomunidades.
- Definição de propostas em conjunto, nesses encontros. Daí ter sido possível, na Assembléia de Representantes de Comunidades, sair uma programação e ser eleita uma comissão encarregada do cumprimento das decisões.
- Capacidade de identificar exa-



Jesus Carlos

tamente o que estavam precisando — recursos para a concretização das viagens e registros das informações. O projeto elaborado mostrou-se bem preciso e consistente com o trabalho que já vinham realizando, desde que dispusessem dos recursos solicitados. Esse projeto, assim formulado e apresentado, cumpriu a sua função social de ser um apoio pontual a um grupo numa luta comunitária.

Além da seca. No desenvolvimento das viagens, que possibilitaram reuniões e encontros nas localidades inseridas nas três áreas geográficas visitadas, foram identificadas outras situações-problema, além da seca: a produção artesanal das mulheres labirinteadas não encontrava canal de escoamento para a comercialização; foram apontados problemas sérios ligados à saúde. Isto fez com que a Comissão da Seca orientasse seus trabalhos a partir de três referências: a questão da água; a produção artesanal; a saúde. Cada uma destas áreas apresentou resultados efetivos em termos de ganhos e/ou retornos sociais para os grupos, para a comunidade e para a própria Comissão da Seca. A experiência no desempenho das atividades da Comissão cresceu.

Resultados efetivos e retornos sociais para as comunidades.

a) Quanto à questão da água: conseguiram a instalação de 30 cata-ventos que beneficiaram 60 famílias. Acompanhamento destas famílias quanto à sua organização, valendo-se da experiência da Comissão;

b) Quanto à questão da saúde: criação de conselhos locais e distritais, garantindo mais participação popular nas decisões na área de saúde;

c) Quanto à questão artesanal: formação de grupos de mulheres por localidades. Ao todo são 400 mulheres organizadas em pequenos grupos. Conseguiram espaço físico para a formação profissional (curso de gerenciamento) com apoio de outras entidades. O objetivo foi criar uma cooperativa para garantir convênio com o Sistema Nacional de Emprego (Sine) no trabalho de comercialização da produção artesanal.

Dinâmica da ação. Por intermédio do vigário local, conseguiu-se

APOIO A INICIATIVAS LOCAIS

Em meados de 1979, o Centro de Estatística Religiosa e Investigações Sociais (Ceris), entidade ligada à Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), iniciou uma experiência com um Fundo de Apoio a Miniprojetos, na perspectiva de desenvolver uma atuação educativa mais direta entre os inúmeros grupos locais que então encaminhavam solicitações de apoio às Entidades Externas de Ajuda. Uma das idéias sustentadoras desse trabalho é ser uma instância de diálogo e reflexão com os grupos locais quanto às atividades que estes se propõem desenvolver, de modo a estimular e reforçar iniciativas que visem criar condições para as pessoas discutirem, de forma sistemática, questões relacionadas ao seu cotidiano, buscando fortalecer, assim, relações solidárias na área local. Hoje, depois de 16 anos de existência, são mais de 1.600 experiências locais apoiadas. Duas delas, que transcrevemos ao lado, mostram alguns dos resultados alcançados a partir de um pequeno aporte de recursos.

Fonte: Arquivo do Ceris.

que um membro da Comissão participasse da Comissão de Defesa Civil: a Comissão da Seca ampliou, assim, o espaço para fazer ouvir sua voz (apresentar questões e reivindicações das comunidades de que é representante).

A presença no Seminário Holístico da Seca no Nordeste, realizado em Caruaru/PE, possibilitou a apresentação ao governador do Ceará da situação da seca do sertão de Beberibe, por onde passa o Canal do Trabalhador que leva a água do Rio Jaguaribe para abastecer Fortaleza e, no percurso, corta vários municípios: "As comunida-

des de Beberibe, mesmo tendo o canal à sua frente, continuam sem água no pote". Foi-lhe informado que havia um projeto que prevê a irrigação, quando Fortaleza não precisa mais daquela água. Foi declarado pelo governador que as propostas da Comissão poderiam ser encaminhadas à Secretaria de Recursos Hídricos.

A Comissão da Seca promoveu encontro de labirinteadas e rendei-ras da Região com o Sine e o principal problema apontado foi "a capacitação profissional e a organização do grupo de labirinteadas". Como resultado houve o encaminhamento do grupo de labirinteadas para um curso de gerenciamento. O Sine vai tentar comercializar essa produção no exterior.

Através da participação na 4ª Conferência de Saúde do Estado, conseguiu-se a criação de conselhos locais e distritais.

Os contatos para obtenção do apoio da Escola de Formação Quilombo dos Palmares; do Sindicato dos Trabalhadores Rurais (STR); da Colônia de Pescadores, da Comunidade Kolping e de Associações de Moradores para a realização do curso de formação para 30 dirigentes do movimento popular de Beberibe, a realizar-se em três etapas, foi um elemento decisivo para o fortalecimento dessa teia de ação conjunta.

Numa perspectiva mais global, o projeto contribuiu decididamente para o fortalecimento de uma prática organizativa, de solidariedade e de atividades coparticipadas, na luta por conquistas de direitos de cidadania e na capacitação para a autogestão a partir de pequenos apoios às iniciativas locais.

Elio Raymundo Moreira, sociólogo e assessor do Centro de Estatística Religiosa e Investigações Sociais (Ceris).

A SOLIDARIEDADE MULTIPLICADA

Elio Raymundo Moreira

O Grupo de Cooperação Agrícola de Tenente Portela/RS, criado oficialmente em 1988, surgiu a partir da necessidade existente na comunidade de se fazer algo de concreto para garantir a permanência dos agricultores em suas terras. Formado por sete famílias de pequenos agricultores, o grupo produzia, para seu próprio sustento, milho, arroz, feijão, além da criação de pequenos animais. Produzia, também, soja, basicamente para comercialização, garantindo, desse modo, uma renda mínima para suas famílias.

Sentindo a necessidade de desenvolver um trabalho de recuperação de suas terras, comprometeu-se a produzir sementes para outras comunidades. A iniciativa articulava-se com uma política de ação do Sindicato dos Trabalhadores Rurais da região. A expectativa era de que se aproveitasse a experiência para garantir uma política de ação com uma perspectiva mais articulada e solidária entre as diversas comunidades da região, definindo-se, desde aquele momento, um compromisso de transferir, na época da colheita, a mesma quantidade de sementes para outros grupos do município.

Em fevereiro de 1990, consolidou-se o compromisso de fazer esse repasse das sementes e da experiência, para outros grupos sem ter ainda muito claro como isso se daria. A dinâmica da experiência indicaria o caminho.

Em março de 1992, superando em parte as dificuldades que enfrentaram no decorrer do período, comunicaram um repasse de 590kg de sementes para o Grupo Comunitário de Capitel Santo An-



Carlos Rodrigues Brandão

tônio. Um mês depois, em maio de 1992, recebeu-se uma carta do grupo beneficiado. Dava conta do recebimento das sementes e dizia que as usariam como adubação verde, pastagem para os animais e, também, para produção de mais sementes para o grupo e, ampliando a cadeia, repassariam para outras comunidades a mesma quantidade de sementes recebida.

Em abril de 1993, em uma reunião com grupos que tinham concretizado projetos vários de Transferências Solidárias no decorrer de 1992, estava presente um representante desse grupo beneficiado. Refletindo sobre tal tipo de trabalho de Transferência Solidária, foi constatada a importância de que, sob certas condições, o repasse para uma entidade (Sindicato, Equipe de Pastoral, e outros) pode ampliar e dinamizar mais a dimensão social, beneficiando até, diretamente, um número maior de pessoas.

A CADEIA SE AMPLIA

Os mesmos 590kg de sementes que um grupo havia recebido foram repassados para o sindicato, a fim de que o mesmo fizesse um novo repasse para outros grupos

organizados. O próprio sindicato, fez o repasse para outros dois grupos que precisavam de sementes de espécies de adubação verde de inverno para fazerem cobertura do solo, bem como produzir sementes.

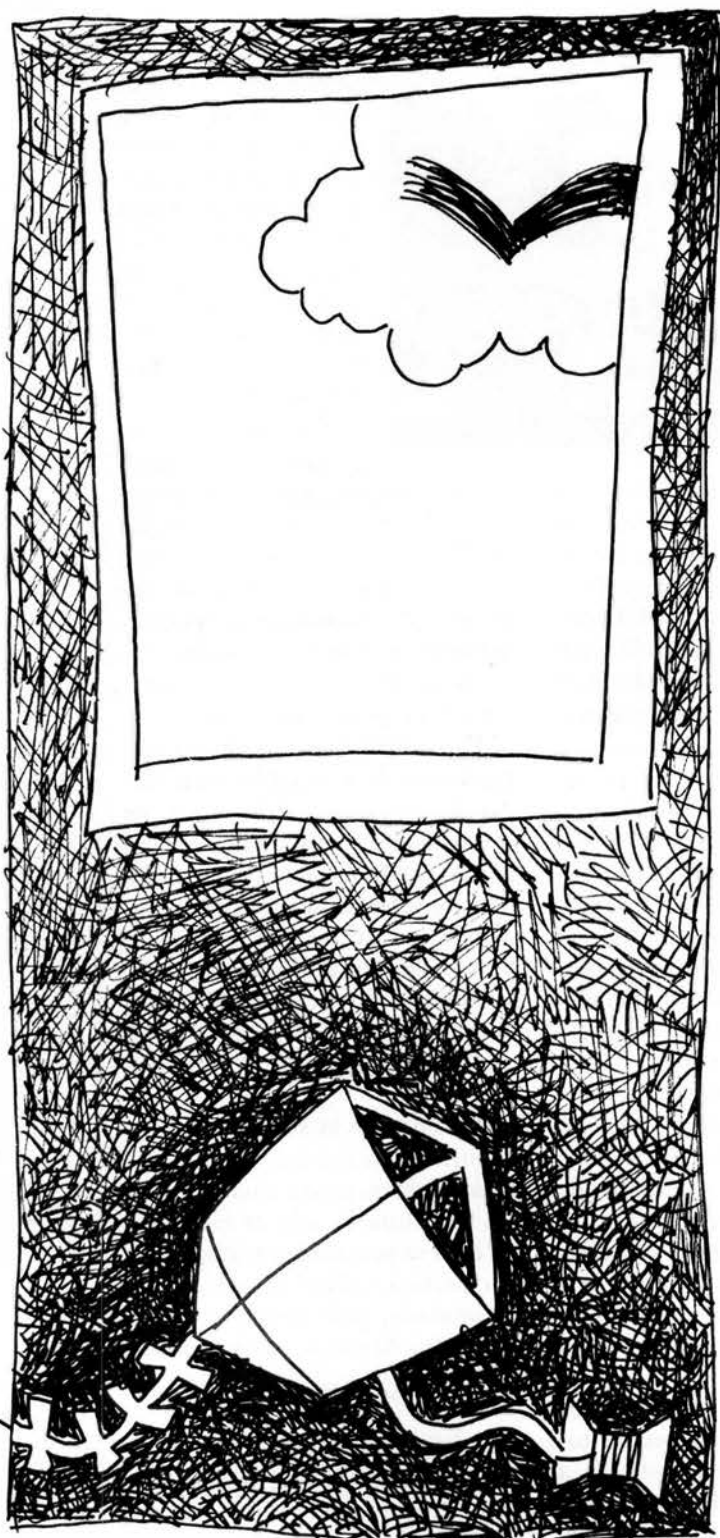
E os elos se multiplicam: a Associação de Cooperação Agrícola de Braço Forte e o Grupo de Cooperação Agrícola do Salto do Parizinho, tendo recebido os 590kg de sementes, dividiram-nos proporcionalmente e assumiram o compromisso de devolverem em um ano a mesma proporção recebida.

Essas formas novas de se organizarem e de se relacionarem são exemplos, entre tantos outros, de como a solidariedade pode levar a atingir algumas metas que trazem benefícios concretos para a comunidade, reforçando laços de reciprocidade numa dinâmica de entreajuda e mostrando, também, que a solidariedade supera qualquer esforço isolado dos grupos locais.

Mesmo tendo-se em conta as significativas diferenças regionais existentes em nosso país e respeitando a situação real de cada grupo em seu próprio contexto, é essa perspectiva solidária que deve ser estimulada, pois constitui sinais concretos da reconstrução do tecido social.

Elio Raymundo Moreira, sociólogo e assessor do Centro de Estatística Religiosa e Investigações Sociais (Ceris).

SOBRE DEUSES E REZAS



Martha Braga

Perdida no meio dos viajantes que enchiam o aeroporto, ela era uma figura destoante. A roupa largada, os passos pesados, uma sacola de plástico pendurada numa das mãos — esses sinais diziam que ela já não mais ligava para a sua condição de mulher: não se importava em ser bonita. Pensei mesmo que se tratava de uma freira. Seu comportamento era curioso: dirigia-se às pessoas, falava por alguns momentos, e como não lhe prestassem atenção, procurava outras com quem falar. Quando vi que tinha uma Bíblia na mão, compreendi tudo: ela se imaginava possuidora de conhecimentos sobre Deus que os outros não possuíam e tratava de salvar-lhes as almas.

Meu caminho me obrigou a passar perto dela, e, quando olhei para o seu rosto de perto, levei um susto: eu o reconheci de outros tempos, quando era uma moça bonita que ria e brincava e para quem olhávamos com olhares de cobiça.

Não resisti e chamei alto o seu nome. Ela se espantou, olhou-me com um olhar interrogativo, não me reconheceu. Com razão. Os muitos anos deixam suas marcas no rosto.

— Eu sou o Rubem!

Seu rosto se iluminou pela lembrança, sorriu, e pensei que poderíamos nos assentar e conversar sobre as nossas vidas. Mas a preocupação dela com a minha alma não permitia essas perdas de tempo com conversa fiada. E tratou de verificar se o meu passaporte para a eternidade estava em ordem.

— Você continua firme na fé!

Ela afirmou interrogativamente.

— Mas de jeito nenhum, respondi. Então você deixou de ler a Bíblia? Pois lá está dito que Deus é espírito, vento impetuoso que sopra em todo lugar, o mesmo vento que ele soprou dentro da gente para que respirássemos, fôssemos leves e pudéssemos voar. Quem está no vento não pode estar firme. Firmes são as pedras, as tartarugas, as âncoras. Você já viu um papagaio firme? Papagaio firme é papagaio no chão, não voa. Pois eu estou mais é como urubu, lá nas alturas, flutuando ao sabor do imprevisível

Vento Sagrado, sem firmeza alguma, rodando em largos círculos.

Ela ficou perdida, acho que nunca havia ouvido resposta tão estranha. Mudou de tática e tentou pegar a minha alma do outro lado. Desatou a falar de Deus, informou-me que ele é maravilhoso, etc., etc., como se estivesse no púlpito em celebração de domingo.

Refuguei.

—Acho que quem não está firme em Deus é você — eu disse.

Olha, passei a noite toda respirando, estou respirando desde que acordei, e juro que agora é a primeira vez que penso no ar. Não pensei nem falei no ar porque somos bons amigos. Ele entra e sai do meu corpo quando quer, sem pedir licença. Mas a história seria outra se eu estivesse com asma, os brônquios apertados, o ar sem jeito de entrar, ou, como naquele anúncio antigo do xarope Bromil, o coitado do homem sufocado por uma mordada, gritando pelo ar que lhe faltava. Por via de dúvidas até andaria com uma garrafa de oxigênio na bagagem, para qualquer emergência.

Pois Deus é como o ar. Quando a gente está em boas relações com ele não é preciso falar. Mas quando a gente está atacado de asma, então é preciso ficar gritando por Deus. Do jeito como o asmático invoca o ar. Quem fala com Deus o tempo todo é asmático espiritual. E é por isso que andam sempre com Deus engarrafado em Bíblia e noutros livros e coisas de função parecida. Só que o vento não pode ser engarrafado...

Aí ela viu que minha alma estava perdida mesmo e, como consolo, fez um sinal de adeus e disse que iria orar muito por mim. Aí eu protestei, implorei que não o fizesse. Disse-lhe que eu tinha medo de que Deus ficasse ofendido. Pois há rezas e orações que são ofensas. Pois é óbvio: se vou lá, bater às portas de Deus, pedindo que ele tenha dó de alguém, eu lhe estou imputando duas imperfeições que, se fosse comigo, me deixariam muito bravo.

Primeiro, estou dizendo que não acredito no amor dele. Deve ser meio fraquinho, sem iniciativa, preguiçoso, à espera do meu

cotucão. Se eu não der a minha cotucada, Deus não se mexe. E isso não é coisa de ofender Deus? Segundo, estou sugerindo que Ele deve andar meio esquecido, desmemoriado, necessitando de um secretário que lhe lembre suas obrigações. E trato de, diariamente, apresentar-lhe a sua agenda de trabalho. Mas está lá nos salmos e nos evangelhos que Deus sabe tudo antes que a gente fale qualquer coisa. Ora, se a gente fica no falatório é porque não acredita nisso. Não acredito em oração em que a gente fala e Deus escuta. Acredito mesmo é na oração em que a gente fica quieto para ouvir a voz que se faz ouvir no meio do silêncio.

—Veja você. Tive um filho que estudava longe. Eu gostava dele. Ele gostava de mim. De vez em quando a gente se falava ao telefone. E o dinheiro da mesada ia sempre, com telefonema ou sem telefonema. Agora imagine: de repente começo a perceber telefonemas dele três vezes por dia e mensagens por sedex, cartas e telegramas louvando o meu amor, agradecendo a minha generosidade... Você acha que isso me faria feliz? De jeito nenhum. Concluiria que o meu pobre filho havia endoidecido e estava acometido de um terrível medo de que eu o abandonasse. Pois é assim mesmo com Deus: quem fica o dia inteiro atrás dele, com falatório, é porque desconfia dele. Mas o pior é o gosto estético que assim se imputa a Deus. Uma pessoa que gosta de passar o dia inteiro ouvindo os outros repetindo as mesmas coisas, as mesmas palavras, as mesmas rezas, pela eternidade afora, não deve ser muito boa da cabeça. Pra mim isso é o inferno. Quem reza demais acha que Deus não funciona bem da cabeça. Acho que ele ficaria mais feliz se, em vez do meu falatório, eu lhe oferecesse uma sonata de Mozart ou um poema da Adélia...

Mas aí o alto-falante chamou o meu vôo, tive de me despedir, e imagino que ela ficou aflita, temerosa de que Deus derrubasse meu avião com um raio. Mal sabia ela que Deus nem mesmo havia ouvido a nossa conversa pois, cansado das doideces dos adultos, ele foge sempre que vê dois deles conversando e se esconde deles, disfarçado de criança.

HISTORIADORES ANALISAM A IGREJA

Jether Ramalho

Dando continuidade à sua finalidade principal — a de promover, com espírito ecumênico, o estudo da história das igrejas latino-americanas e caribenhas, na ótica dos pobres e de sua libertação — a Comissão de Estudos da História da Igreja na América Latina e no Caribe (Cehila) realizou em São Paulo, de 25 a 28 de julho a sua II Conferência Geral. O objetivo básico era proporcionar, o mais exaustivamente possível, um balanço crítico da história das igrejas nos últimos cinquenta anos (1945-1995).

Cehila foi organizada em 1972 e em 1973 tornou-se uma instituição cientificamente autônoma, independente e que trabalha em estreita colaboração com outras instituições acadêmicas e de pesquisas e com as igrejas católica e protestantes. Depois de duas décadas de trabalho está concluindo seu primeiro grande projeto: o de escrever, em onze tomos, uma História Geral da Igreja na América Latina e no Caribe. Tem proporcionado também pesquisas de novos campos na historiografia, na exploração de fontes e documentos inéditos, respondendo sobretudo à demanda pastoral das igrejas e à prática dos movimentos populares. Congregando mais de uma centena de historiadores de todo o continente, Cehila, além de pesquisas e publicações, promove simpósios de aprofundamento e de intercâmbio (até aqui realizou vinte e um). A primeira conferência reuniu-se na cidade do México, em 1984.

Caminhada ecumênica. Dois atos ecumênicos marcaram o início da II Conferência Geral: um culto com a representação de diversas igrejas no Instituto Pio XI (dia 24) e uma mesa redonda sobre “A caminhada ecumênica nos últimos cinquenta anos”, que teve como expositores: o pastor Gottfried Brakemeier, presidente da Federação Luterana Mundial, o cardeal de S. Paulo, dom Paulo Evaristo Arns e o bispo metodista argentino Federico Pagura, ex-presidente do Clai.

Pastor Brakemeier salientou que a unidade das igrejas continua sendo meta distante e é uma das razões para a constituição de novos “sujeitos ecumênicos” à parte das Igrejas. Apesar disso há também progressos a registrar na aproximação das igrejas. E terminou afirmando: “às vezes tenho a impressão de que uma visão por demais estreita da unidade nos separa mais do que as nossas diferenças”.

Dom Paulo deu ênfase à experiência concreta de sua vida e da Diocese de So Paulo, afirmando que “a experiência ecumênica da diocese deita suas raízes no impulso dado por João XXIII e pelo Vaticano II em favor do ecumenismo e do diálogo religioso. Concretamente, foram os dois acontecimentos dos anos de 1970 que levaram a um estreitamento de laços e de serviços em favor dos presos políticos, dos torturados e dos desaparecidos”.

Bispo Pagura chamou a atenção para a multiplicidade das iniciati-

vas ecumênicas e declarou que “nos umbrais do terceiro milênio há um tempo apaixonante para o movimento ecumênico”.

As conferências gerais. Todas as manhãs, o auditório do teatro (Tuca) da PUC de So Paulo reunia mais de quinhentas pessoas para participar das apresentações sobre as novas tendências metodológicas na pesquisa histórica e discutir os conceitos-chave para uma história do Cristianismo na atualidade. Os expositores foram Enrique Dussel (Sistema-mundo, dominação e exclusão), Pierre Sanchis (O campo religioso será ainda hoje o campo das religiões?) e Laënnec Hurbon (Evangelização do Caribe). As exposições suscitaram vivos debates e indicaram o elevado estágio de como se está fazendo a história das igrejas atualmente. As conferências já estão em um livro organizado por Eduardo Hoornaert e publicado por Cehila-Vozes.

Intercâmbio e debates. A Conferência foi organizada em quatro grandes blocos de estudo que receberam contribuições de mais de cem expositores. É incalculável a riqueza das pesquisas que se estão realizando e o alto nível com que se executam. A história das igrejas está sendo analisada sob várias perspectivas e o balanço dos últimos cinquenta anos está desvelando fatos inéditos e oferecendo novos elementos de interpretação e avaliação. Foi dada ênfase: à questão metodológica, ao estabe-

II CONFERÊNCIA GERAL DA HISTÓRIA DA IGREJA NA AMÉRICA LATINA E CARIBE

São Paulo, julho/1995

PARTICIPANTES	421
CONFERENCISTAS	181
PAÍSES	32
(Equador, Colômbia, Venezuela, Guiana, Suriname, Guiana Francesa, Brasil, Uruguai, Paraguai, Bolívia, Argentina, Chile, Peru, México, El Salvador, Honduras, Nicarágua, Costa Rica, Panamá, Rep. Dominicana, Guatemala, Cuba, Haiti, Antilhas Holandesas, África do Sul, Alemanha, Itália, Espanha, Suíça, Suécia, Holanda e Inglaterra).	

lecimento de uma periodização comum e de critérios a partir dos quais se organizaria a investigação e a escrita da história.

As seções de trabalho foram reunidas em quatro grandes unidades: a teórico-metodológica; a do balanço bibliográfico; a dos temas especiais, que se subdividiu em quatorze grupos de estudo; e a de intercâmbio e cooperação Sul-Sul e Norte-Sul. As comunicações vão fazer parte de uma publicação que Cehila está preparando.

Cinema e Arte. A história das igrejas não se revela somente nas publicações, simpósios e conferências. Outros meios de expressão e de comunicação, muitas vezes, revelam aspectos que a palavra e a escrita não alcançam. O

“Olhar do Cinema”, foi apresentado na Conferência e organizado em quatro grandes eixos: panorama das Igrejas na América Latina e Caribe; cultura e religiosidade popular; a questão do carisma; e desafios atuais das igrejas. Pretendeu revelar, não só a atuação das igrejas, mas também apontar desafios que se fazem presentes, hoje, para os cristãos e os não-cristãos.

A exposição de Arte da Igreja também foi outro ponto de destaque da Conferência. Apresentou quadros, painéis e *posters* relacionados com os quinhentos anos da chegada dos cristãos à América Latina e Caribe; e belíssimas coleções da Via-Sacra, criação de muitos artistas, principalmente os de origem popular.

A visão dos artistas, com suas câmeras e com o colorido e expressões de suas imagens, percorreu algumas questões marcantes na história dos nossos povos e na vida das igrejas.

Conclusões e perspectivas. Um dos ganhos relevantes da II Conferência foi o clima de intercâmbio, busca e diálogo que animou as dezoito seções que trabalharam simultaneamente, assim como as conferências e os debates nos plenários das manhãs. Pôde ser verificada também a crescente interdisciplinaridade dos estudos históricos, com contribuições relevantes vindas do campo da antropologia, da lingüística, da sociologia, da estatística, da demografia histórica, da etno-história e, cada vez mais, das técnicas de armazena-

mento, processamento, interpretação e transmissão de documentos e dados, pela informática.

De forma mais geral, constatou-se que a história da igreja está diante do desafio de se ver como parte de uma história maior do Cristianismo e, de modo mais amplo, de uma história do campo religioso latino-americano e caribenhos na diversidade e na complexidade das culturas e das religiões indígenas, afro-americanas, européias e asiáticas, e das relações, trocas e apropriações mútuas. Insitiu-se na porta de entrada da vida cotidiana, da história das mentalidades e da aplicação das técnicas da história oral para se captar a experiência religiosa e a trajetória das maiorias populares, com especial atenção às mulheres, aos povos indígenas e ao intenso caldeamento humano e cultural das grandes cidades, da cultura de massa e dos movimentos religiosos urbanos.

Amadureceu durante a conferência, o projeto de uma história do Protestantismo no continente que incorpore o arco de experiência das igrejas de raiz colonial, das que foram fruto da imigração ou de missões, das que formam o mosaico das igrejas já autóctones, num quadro de intentos de cooperação e ecumenismo e da explosão dos novos movimentos e igrejas de caráter pentecostal.

Uma contribuição última da II Conferência será a série de cerca de doze pequenos volumes que colocarão ao alcance do público os trabalhos, contribuições mais relevantes de cada seção, com uma introdução do coordenador e uma síntese dos debates e conclusões.

Jether Ramalho, sociólogo e integrante de KOINONIA.

APROXIMAÇÃO DAS IGREJAS? AVANÇOS E RETROCESSOS

Gottfried Brakemeier

Unidade visível, um alvo ainda distante. Desde há tempo ecumenismo deixou de ser sinônimo do esforço para “re-unir” as igrejas. Constituíram-se sujeitos ecumênicos ao lado das instituições eclesásticas com propósitos de unidade semelhantes mas distintos. São movimentos que congregam cristãos e mesmo não cristãos em torno de projetos relacionados principalmente com a tríplice meta da justiça, da paz e da integridade da criação. Não se trata de um ecumenismo meramente secular. Em muitas de suas expressões possui fortes ingredientes religiosos e se inspira na esperança pelo Reino de Deus. Surgem novas comunidades, à parte e em meio às igrejas, conjugando a fé e a luta, proporcionando a experiência de uma nova forma de unidade e celebrando culto em espírito declaradamente pós-confessional.

Espelha-se nisto, de certa maneira, a decepção por sobre a morosidade com que avança a aproximação das igrejas. O notório imobilismo ecumênico das igrejas frustra o anseio do povo que já não mais entende as razões para a permanência das divisões denominacionais. De fato, depois de uma época de euforia ecumênica, desencadeada por eventos tão significativos como o Concílio Vaticano II ou, nos planos brasileiro e protestante, a afamada Conferência do Nordeste (1962), voltou a instalar-se a estagnação. A época auspiciosa da fundação de numerosas entidades ecumênicas, a exemplo de Coordenadoria Ecu-

mênica de Serviço (Cese), Conselho Nacional de Igrejas Cristãs (Conic), Associação de Seminários Teológicos Evangélicos (Aste), Conselho Latino-Americano de Igrejas (Clai), Comissão de Estudos de História da Igreja na América Latina (Cehila), recentemente a Associação Evangélica Brasileira (Aevb) e outras, parece ceder espaço a um flagrante recuo. Estará em gestação um novo período confessionalista? A criação de entidades ecumênicas, a despeito de sua inegável importância, aparentemente não garante a integração das instituições eclesásticas. Estas se evidenciam surpreendentemente estanques. A unidade visível das igrejas infelizmente continua sendo alvo distante.

Isto é perigoso. Acelera o já referido processo que faz o ecumenismo emigrar das igrejas em busca de novos promotores. O prejuízo é de ambos, das igrejas e do ecumenismo. Inflexibilidade ecumênica não só trai o Evangelho. Colabora também no afastamento das pessoas das igrejas históricas e no afluxo a religiões supostamente mais modernas. Ela é um anacronismo numa sociedade pluralista. Corrói a credibilidade das igrejas e reforça a tendência à privatização da fé. Se as igrejas cristãs já não mais forem capazes de professar a fé comum e de demonstrar fraternidade eclesial, suas peculiaridades confessionais serão vistas progressivamente como “produto opcional” num mercado de ofertas múltiplas. É óbvio que um cristianismo fracionado enfrenta, debili-

tado, o confronto com a religiosidade não-cristã em franca ascensão em todo o mundo. Estará mal equipado, além disto, para se juntar ao combate às graves ameaças que pairam sobre a humanidade e lhe tolhem a perspectiva do futuro. Ecumenismo não é opção, é mandato inalienável das igrejas. Mas, com isto, não digo nada de novo.

Sem dúvida há progressos. Apesar da justa insatisfação por sobre o quadro ecumênico da atualidade, há também progressos a registrar na aproximação das igrejas. Cabe conhecer e apoiar as iniciativas respectivas, a fim de não pecarmos por omissão. Há progressos nas seguintes áreas:

- *Mudou a atmosfera ecumênica*, possibilitando um relacionamento acentuadamente fraternal entre membros de diversas igrejas. Nisto está implícito um reconhecimento mútuo de irmãos e irmãs na fé. Autenticidade cristã já não mais depende exclusivamente da filiação eclesástica. É o que está em evidência, mais uma vez, na recente encíclica papal *Ut unum sint*. Ao admitir que a fé dos não-católicos pode exceder a dos católicos nominais, exclui-se a discriminação por motivos tão-somente formais. Não os cristãos, mas as igrejas ainda são excludentes. Falta o reconhecimento mútuo delas. E, no entanto, também sob este aspecto, vejo sinais alvissareiros. Aprendemos a privilegiar o que nos une e, somente então, olhar para o que nos divide. O ecume-

nismo cristão se baseia num consenso fundamental, anterior à nossa diversidade. Tal constatação não permite subestimar o escândalo da divisão. Faz ver a situação ecumênica em nova luz, todavia. A unidade em Cristo é dada, antes, em meio às diferenças denominacionais e a despeito delas.

▪ *Valiosos impulsos ecumênicos* resultaram de novas perspectivas teológicas. A redescoberta da pessoa pobre, oprimida, sofredora, da categoria do povo de Deus, desencadeou o que podemos chamar de “revolução ecumênica”, sobretudo na América Latina. Mediadora desse processo foi a Bíblia. Revelou a realidade a partir do reverso da história: a partir de baixo, a par-

nem reverter a separação institucional das igrejas. Ecumenismo deve aprovar-se não só na “oposição”, e sim também na “situação”, em projetos conjuntos, a exemplo de educação, evangelização ou orientação moral. Para tanto necessitamos igualmente de novas perspectivas a serem buscadas na Bíblia a partir das demandas da atualidade. O recurso comum à Bíblia, que se tornou habitual, é certamente um dos sinais mais promissores do ecumenismo no futuro.

▪ Um terceiro fator propulsor do ecumenismo dos últimos anos tem sido o *intensivo diálogo interconfessional* e a busca de consensos doutrinários. Doutrina é assunto suspeito na América Latina. A reali-

ração das divergências doutrinárias que se originaram na história da Igreja.

Um decisivo passo adiante nesta direção tem sido o documento da “Comissão de Fé e Constituição” do Conselho Mundial de Igrejas, sob o título *Batismo, Eucaristia, Ministério*. Ainda que não se trate de uma declaração de consenso e sim de convergência, sua importância dificilmente pode ser subestimada. Inúmeros outros diálogos teológicos tiveram lugar, no plano nacional ou internacional, entre dois ou mais parceiros, sobre assuntos os mais diversos. É animador constatar que os consensos alcançados, em alguns casos, conduziram à plena comunhão eclesial, como aquela firmada entre luteranos e reformados quanto à “Concórdia de Leuenberg”, ou entre luteranos e anglicanos quanto ao “Acordo de Porvoo”.

Quero mencionar ainda um projeto de luteranos e católico-romanos. A Comissão Mista Internacional nomeada pelo Pontifício Conselho para a Unidade dos Cristãos, de um lado, e pela Federação Luterana Mundial, de outro, produziu, na terceira fase de seus estudos, um texto chamado *Kirche und Rechtfertigung* (Igreja e Justificação). Mostra as surpreendentes afinidades nesses assuntos tradicionalmente controversos. Particularmente no que diz respeito à justificação por graça e fé foi alcançado um amplo, embora diferenciado, consenso. Este tópico da fé já não mais precisa ser pedra de tropeço no caminho à unidade das igrejas. Consequentemente perseguimos o objetivo de uma declaração oficial correspondente de parte a parte e a suspensão das condenações mútuas que neste tocante se encontram nos escritos confessionais luteranos e nos decretos do Concílio de Trento. Esperamos ter êxito nesta empreitada, visto que as condenações do passado one-



Alex Silva

Assembléia do Cehlla, da esquerda para a direita: professor Antonio Carlos Ronca, dom Paulo Evaristo Arns e pastor Gottfried Brakemeler

tir do Deus misericordioso, ou seja do Deus cujo coração está com os miseráveis. As perspectivas que assim se abriram uniram as igrejas na oposição comum à opressão, à injustiça, a um sistema iníquo produtor de marginalidade. A consciência cristã que se opõe ao pecado busca parceiros de luta, principalmente entre os da família da fé (Gálatas 6.10) e relativiza divisões herdadas do passado.

Entretanto, essa oposição ecumênica aos males da época não logrou conduzir a estruturas comuns

de social exige outras prioridades — um alerta oportuno a todo dogmatismo eclesiástico. Todavia, assuntos de doutrina não podem ser excluídos da agenda ecumênica. Reaparecem inevitavelmente quando se trata de definir posições e de organizar convívio humano. Não há práxis sem teoria, não há fé sem credo, não há comunhão dos santos sem eclesiologia. Separação na doutrina significa também separação na práxis, e vice-versa. Portanto, ecumenismo não pode deixar de empenhar-se pela supe-

ram pesadamente as relações ecumênicas da atualidade.

De um modo geral deve-se constatar que o esforço teológico dos últimos decênios conseguiu desarmar em boa medida as fortalezas doutrinárias do passado. O que é urgente é a acolhida oficial dos consensos já alcançados e sua tradução em decisões político-eclesiológicas. A comunhão na fé quer materializar-se em comunhão na vida e achar expressão em acordos entre as instituições.

Neste processo, aliás, uma pergunta se evidencia como crucial. Quanto consenso é necessário para a unidade? Diferenças acompanharam a Cristandade desde os princípios. E em cada uma das igrejas hoje encontra-se alto grau de pluralidade. Quando é que esta exige a ruptura da comunhão eclesial? Unidade obviamente necessita de fundamento comum. Mas não exclui a diversidade. Daí por que se deve perguntar: as divergências confessionais ainda existentes, serão elas tamanhas a exigirem que permaneçamos separados? Ou haverá uma maneira de reconciliá-las e de fazê-las servir à missão comum dos membros do Corpo de Cristo?

Desejos ecumênicos. Essa pergunta me faz formular alguns *desejos ecumênicos* para a futura caminhada das igrejas:

1. É preciso não desanimar (2 Coríntios 4.16), sendo que a oração conjunta pela unidade dos cristãos constitui uma inesgotável fonte de recuperação de fôlego. Ela é um poderoso meio não só para alcançar a unidade que buscamos mas, também, para já documentá-la. A oração, porém, quer ser acompanhada de iniciativas concretas, também e sobretudo locais. Os mais fortes impulsos ecumênicos têm vindo da "base". Seria estúpido jogar a "base" contra a "cúpula". Importa atuar em to-

dos os níveis. Mas, sem a força da base, as instituições eclesiológicas estão ameaçadas de perder a sensibilidade para com o sofrimento que a divisão das igrejas implica para as pessoas. Ecumenismo não se resume numa questão doutrinária. É uma questão de vida, de comunhão, de paz.

2. Cabe às igrejas reconhecer a existência de vários tipos de ecumenismo. A busca de unidade tem muitas faces e muitos protagonistas. Os projetos de unidade entre culturas, povos e segmentos sociais, ou então aqueles que perseguem objetivos ecológicos ou humanitários, não se identificam exatamente com os propósitos ecumênicos das igrejas. E todavia, possuem muita legitimidade, ainda que este ecumenismo não deva ser confundido com a plena comunhão em Cristo. De qualquer maneira o ecumenismo é rio caudaloso, de muitos braços, nem todos correndo num só leito. As igrejas não deveriam monopolizar e sim apoiar o movimento ecumênico em todas as suas manifestações orientadas para promover a convivência pacífica e sustentável da humanidade.

3. Para os cristãos, é claro, a meta da unidade na uma Igreja de Jesus Cristo permanecerá no topo das prioridades ecumênicas. Na remoção dos obstáculos que a entavam cabe liderança natural aos teólogos e teólogas. É de se perguntar, entretanto, por ainda outros fatores divisórios, além dos doutrinários. Pelo que a história comprova, questões de doutrina têm solução. No meu modo de ver, as verdadeiras barreiras ecumênicas não são de ordem doutrinária e sim estrutural. Confirma-o a mencionada encíclica papal *Ut unum sint*, se a li devidamente. Não vou ao ponto de afirmar incompatibilidade estrutural das instituições eclesiológicas, nem quero diminuir a importância da doutrina. Mas

alimento a suspeita de que o papel das estruturas eclesiológicas, que, ao longo da história adquiriram o seu próprio direito, é fortemente determinante na dificuldade de restabelecer a unidade das Igrejas. É uma suspeita a ser verificada.

4. Julgo imperioso arriscar unidade mesmo antes de serem eliminadas todas as divergências. Como já foi dito acima, uma igreja sem nenhuma variedade doutrinária não existiu e jamais vai existir, a não ser que seja igreja sem vida. Reafirmo a necessidade de um consenso básico. Mas este consenso deverá deixar espaço para articulações próprias da fé. Assim já o observamos no Novo Testamento. A Sagrada Escritura é o modelo clássico de unidade do testemunho cristão na pluralidade.

Às vezes tenho a impressão de que uma visão por demais estreita de unidade nos separa mais do que as nossas diferenças. Por que não é possível comungarmos juntos na Mesa do Senhor? Se a comunhão eucarística se basear no pressuposto da uniformidade confessional, talvez neste mundo jamais se concretize. Não nos é permitido renunciar ao princípio da verdade. Seja lembrado, porém, que, sob o aspecto bíblico, verdade jamais se resume numa questão de doutrina e de conhecimento. Tem algo a ver com o amor (1 Coríntios 8.3; 13.1ss), que é o dom supremo. A documentação da unidade dos cristãos já não mais pode esperar. É urgente. Aplica-se também a ela o alerta de M. Gorbatchov dizendo que a História castiga a quem chega tarde. O Senhor da História é Jesus Cristo.

Gottfried Brakemeier, pastor da Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil, presidente da Federação Luterana Mundial e docente de teologia ecumênica na Escola Superior de Teologia da IECLB, em São Leopoldo. Este texto foi palestra inaugural de Cehila.

RESISTÊNCIA E ESPERANÇA

Valmor da Silva

A sobrevivência do povo pobre, no Brasil, é um milagre. É um milagre de fé, de resistência, de teimosia. Represe as águas do rio, elas arrebatam o dique e se esparham em inúmeros afluentes. Sugue todo o mel que as abelhas produzem, ninguém lhes tirará o segredo de produzir mais mel e de adoçar a vida. Desfaça uma teia, a aranha constrói outra mais bela, porque é de dentro dela mesma que sai o líquido para fazer a teia da vida.

É assim que, de crise em crise e de golpe em golpe, de plano em plano e de ano em ano, vai-se sugando o sangue do pobre. Este cede, mas não se quebra. Quando acham que ele chegou ao fundo do poço, ainda há mais para afundar, e quando se pensa que o cinto chegou ao último furo, há muito mais para se furar. Embora continuemos com “ricos cada vez mais ricos à custa de pobres cada vez mais pobres”, ninguém rouba destes a esperança e a coragem de lutar. Na dureza o pobre canta o seu sofrimento e refaz a teia da vida sempre com maior força. Qual é o segredo deste povo?

APOCALIPSE

Apocalipse é revelação, é mostrar o que está por trás do véu. É como contar um segredo. Mas qual é esse segredo?

Um acampamento dos sem-terra foi invadido pela polícia que vinha executar o despejo. Botas chutando latas de alimento, cassetes desferindo golpes, armas atirando para o alto. Pânico geral. O povo foi se juntando ao redor do cruzeiro, e alguém começou: “Pai nosso que estás nos céus...”. Todos se

juntaram num só coro, e a calma voltou.

O livro do Apocalipse, na Bíblia, mostra o segredo da resistência do povo no fim do primeiro século da era cristã. O livro da vida dos pobres mostra o segredo de sua esperança, ao longo da história, hoje, e para o futuro.

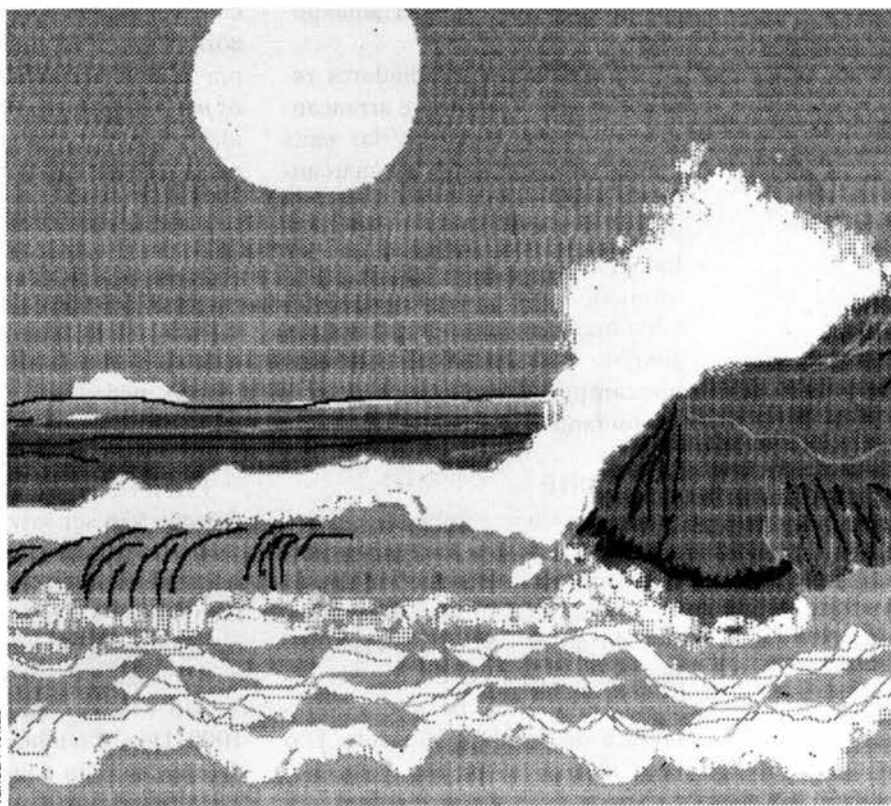
No Apocalipse a barreira entre Deus e a humanidade se rompe. As comunidades percebem os planos de Deus e ele mesmo se faz presente para animá-las. O Apocalipse é uma força de Deus nas mãos do povo. Por isso a apocalíptica é a política dos que não têm armas. De mãos vazias, têm a certeza da vitória, porque Deus combate com eles.

Enquanto os poderosos se organizam com planos econômicos, conchavos políticos, propagandas falsas, os simples vão se articulando em torno à sua fé, refazem a sua esperança à luz de Deus e constroem uma mística de resistência inquebrantável.

SETE SELOS

No livro do Apocalipse, os capítulos 6 e 7 mostram a abertura de sete selos que lacram o livro da história. Quem vai abri-los é Jesus, o Cordeiro pascal, realizando a libertação do povo, o êxodo definitivo.

Os sete selos são sete etapas da história. Só Jesus pode ajudar a decifrar essas etapas. Só ele ensina



Vanda Freitas

a ler o que está por trás da cortina que encobre os fatos. Isto é abrir os selos, romper o lacre.

O PASSADO

Os quatro primeiros selos (Apocalipse 6.1-8) remetem à história passada. São cavalos brutais. Um é branco, e espalha o terror; outro é vermelho, de fogo e de sangue; o terceiro é preto, de morte em massa; e o quarto é esverdeado, como os mortos pela peste, se decompondo.

O branco vem montado por um arqueiro que espalha a guerra; o cavaleiro do cavalo vermelho tem a espada da destruição; o do preto traz a balança da fome, da carestia e da miséria; no cavalo esverdeado vem cavalgando a morte e o mundo dos mortos, trazendo a espada, a fome, a peste e os animais ferozes.

Que tal abrir um pouco os selos da história do Brasil e mostrar os cavalos e seus cavaleiros? Temos arqueiros caçando indígenas, exterminando tribos e enterrando povos.

Há espadas de gladiadores recrutando trabalhadores e arrancando crianças dos colos das suas mães. Vêm os da balança marcando escravos, explorando a mão de obra, roubando o fruto do trabalho. E a morte, bem montada, torturando, ferindo, enlouquecendo. Chacinas de menores, execução sumária nas favelas, assassinatos no campo. É preciso continuar enumerando?

O PRESENTE

O quinto selo se rompe (Apocalipse 6.9-11) mostra a situação presente em que estão as comunidades. A exploração gera uma situação de morte. Mas, na visão do Apocalipse, percebem-se “as vidas dos imolados” por causa da palavra e da proclamação dela. É o martírio.

Mas estas vidas gritam em alta

voz. Pedem justiça. Clamam contra a impunidade. Até quando? É a reivindicação dos direitos lesados, que apela ao Senhor santo e verdadeiro. Ele é o *goel* (resgatador, redentor, vingador).

Quantos crimes acobertados! Quanto roubo sem devolução! quanto colarinho branco, abuso de poder, desvio de verbas, manipulação ideológica, propaganda falsa, mentira pública, ganho na loto, sobre de campanha, pistoleiros de encomenda, silêncios cúmplices!... Impunidade!

Embora a situação seja de impunidade, as comunidades são convidadas a resistir um pouco mais.

O FUTURO

O sexto selo (Apocalipse 6.12-7.17) aponta para o futuro, iluminando o sonho da reconstrução do mundo. Este é inaugurado por um terremoto, isto é, uma “sacudida” geral na situação.

É uma calamidade! Começa com os poderosos de calça na mão, correndo e procurando um buraco pra se esconder. *Os reis da terra, os magnatas, os capitães, os ricos, todos eles, sejam escravos ou homens livres, esconderam-se nas cavernas e rochedos das montanhas* (6.15).

AS COMUNIDADES

Por um lado, os políticos, os grandes empresários, os militares, os ricos, pedem socorro. Por outro, o povo das comunidades é convidado a organizar-se.

Primeiramente há um elenco dos que vão ser salvos, um recenseamento geral do povo de Deus, semelhante àquele narrado em Números 1.20-43. Era o povo que se reorganizava, no deserto, diferente da organização faraônica do Egito.

São 144.000, isto é, 12 x 12 x 1000. Doze é o número da eleição, da escolha. São doze tribos de Israel, no passado; doze apóstolos

no Novo Testamento. Mil representa a plenitude. A marca de Deus vai protegê-los. Enquanto os magnatas caem, os pequenos devem organizar-se.

Depois disso vi uma grande multidão, que ninguém podia contar: gente de todas as nações, tribos, povos e línguas (Apocalipse 7.9).

Não há critério de nacionalismo para formar a nova sociedade, o novo povo de Deus. Não são apenas os sete grandes, o “merco-cá” ou o “merco-lá”. Nem a “igreja-tal” ou a “igreja-qual”. Nem o partido do sicrano ou o do beltrano.

Os novos eleitos vêm da humanidade inteira, são incontáveis, passaram pela grande tribulação (Apocalipse 7.14). *São gente de todas as nações, tribos, povos e línguas, como os indígenas, africanos e europeus que formaram o Brasil. Quantos desses estão de pé, “trajados com vestes brancas e com palmas na mão!”* (Apocalipse 7.9).

Assim o novo êxodo é formado pelos grupos organizados em diferentes comunidades. Há muito poder faraônico no ar. E na terra também, é claro. Por isso não é fácil resistir. Mas da raiz fina, enterrada, unida a milhões de outras mais fundas, tecidas organicamente, pode brotar uma árvore nova. Podem podá-la, ela volta a crescer com mais vigor.

O SÉTIMO SELO (Apocalipse 8.1-11.19)

É a plenitude, a realização total. É bom sonhar com a abertura desse selo, mas o momento atual ainda não nos convida a falar dele. Não nos impede, porém, de sonhar e fazer do sonho a força para a nossa caminhada.

Valmor da Silva, católico, assessor do Centro Ecumênico de Estudos Bíblicos (Cebi) e integrante da Federação Bíblica Católica (Febic).

NOVOS TEMPOS COM LUTERO

Luiz Longuini Neto

LUTERO E LIBERTAÇÃO

Walter Altmann

Editoras Ática/Sinodal, 14x21 cm, 352 p.

Há 478 anos um monge agostiniano chamado Martinho Lutero (1483-1546) afixou na porta da capela do castelo de Wittenberg na Alemanha suas “95 teses contra as indulgências”. O ato não foi único nem foi o início daquilo que mais tarde convencionou-se chamar de Reforma Religiosa do Século XVI, mas teve um significado simbólico e trouxe para as praças o confronto com o poder religioso centralizado no papa e em Roma. Martinho Lutero era um teólogo, professor de Bíblia e um sacerdote profundamente comprometido com a Igreja da época. Sua teologia, suas doutrinas, sua cosmovisão e seu trabalho, marcaram e influenciaram a mais radical “cisão” experimentada pela Igreja no Ocidente.

TERIA LUTERO ALGUMA COISA A NOS ENSINAR HOJE?

Qual a relevância dessas doutrinas “luteranas”, concebidas há quatro séculos na distante e velha Europa, para nós, latino-americanos?

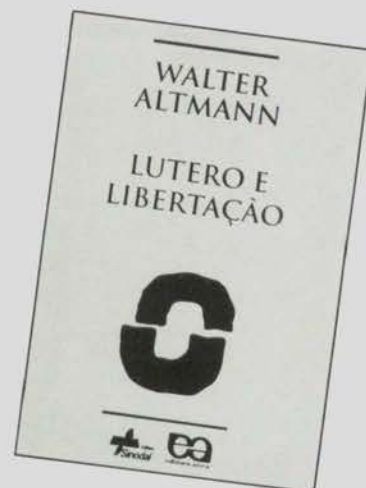
Que relação existe entre a teologia luterana e a Teologia da Libertação?

Essas e outras perguntas engravidaram o teólogo brasileiro e luterano Walter Altmann, que, durante aproximadamente uma década, tem procurado responder a elas de maneira sistemática. Esse processo de reflexão e o exercício de “reler” Lutero nasce do seu trabalho como membro da Associação Ecumênica de Teólogos do Terceiro Mundo e como professor de Teologia há vinte anos na Escola Superior de Teologia da Igreja Evangélica de Con-

fissão Luterana no Brasil, em São Leopoldo (RS).

O livro é fruto desse trabalho. É mais. Um livro honesto, necessário, atual, novo, cheio de vida, de compromisso, de esperança. Nasce do engajamento sadio, nasce “da pena” ou “do computador” de um teólogo que honestamente apregoa que fez “uma opção hermenêutica e metodológica”. Escrito por alguém que “não escreve com um distanciamento acríptico e descomprometido” ao contrário, vê “na experiência e na história vividas, na inserção social e no compromisso vivo de fé” as fontes para essa releitura.

Altmann parte de um panorama sobre a obra de Lutero e discute se o monge agostiniano era fruto de um espírito medieval tardio ou um homem da modernidade. Destaca o papel da teologia como nova chave de interpretação e discute os “tradicionais” temas teológicos: Deus, Cristo, Conversão, Escritura, Igreja, Sacramentos, etc... com uma sedutora vitalidade e atualidade. Analisa as posições éticas de Lutero através de temas como: política, economia, educação, guerra, violência, etc... e o faz sem evitar os conflitos. Destaca, como não podia deixar de ser, alguns “problemas” que o grande reformador teve que enfrentar. A questão dos judeus, o enfrentamento com os camponeses em rebelião e, conseqüentemente, com os anabatistas. Trata de maneira específica sobre o legado de Lutero e a Teologia da Libertação. A releitura proposta torna-se então mais relevante e nova porque estabelece um profundo diálogo entre as fontes. Não só as fontes do século XVI como também as fontes da Teologia da Libertação. Altmann



não assume “a responsabilidade” sozinho por essa releitura. Num belíssimo exemplo de comunhão e ecumenismo convida irmã (Elsa Tamez) e irmãos católicos (Segundo, Boff, Hinkelammert) e protestantes (Bonino) para juntos releem Lutero (Capítulo 17). É uma das partes mais bonitas do livro. O conceito de liberdade e libertação é trabalhado nas duas perspectivas, enfatiza que, para Lutero, o Evangelho tinha esse caráter libertador não só pessoal como eclesial e também social e político.

Academicamente é impecável, fornece uma ampla e atual bibliografia e, sem ser de caráter histórico, nos fornece importantes informações daquela área. Pode ser lido numa “sentada”.

O livro é novo, no sentido de que inaugura novos tempos, e o prova com alguns fatos. Um deles é que o sempre “Frei” franciscano Leonardo Boff apresenta um livro sobre seu irmão um ex-monge agostiniano, escrito por um protestante e luterano. Precisamos acreditar que vivemos novos tempos. E o mesmo Leonardo testifica na apresentação: “Nunca se escreveu tão bem sobre Lutero neste continente como neste livro”.

Luiz Longuini Neto, teólogo presbiteriano (IPB), mestre em Ciências da Religião, doutorando em Missiologia e Pastoral.

Produtores de vida

Consciência cidadã

Lutas contra a exclusão

História da Igreja

Deuses e rezas

